



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA – DBI

YRLA BRUNELLE OLIVEIRA SANTOS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE BIOLOGIA: PROBLEMATIZAÇÕES  
A PARTIR DE FANZINES**

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2023

YRLA BRUNELLE OLIVEIRA SANTOS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE BIOLOGIA: PROBLEMATIZAÇÕES  
A PARTIR DE FANZINES**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Biologia da Universidade Federal de Sergipe  
como requisito para obtenção do grau de  
Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine de Jesus Souza

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2023

YRLA BRUNELLE OLIVEIRA SANTOS

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE BIOLOGIA: PROBLEMATIZAÇÕES  
A PARTIR DE FANZINES**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Biologia da Universidade Federal de Sergipe  
como requisito para obtenção do grau de  
Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine de Jesus Souza

Aprovada em: 20 de Outubro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Elaine de Jesus Souza – UFS (Orientadora)

---

Profª. Msc. Eugebia Paula da Rocha – FURG

---

Prof. Drs. Wendell Rhamon de Jesus Silva – UFS

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2023

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha gratidão à Deus. Em segundo, à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando incondicionalmente em todas as fases deste percurso acadêmico, apesar das nossas diferenças.

À minha avó, que já não está entre nós, mas cujo amor e influência continuam a me guiar. Sua sabedoria e carinho foram a luz que iluminou meus caminhos, e que me ajuda a seguir. Cada conquista deste percurso é uma homenagem à sua memória.

À minha tia-avó, que com seus 100 anos de vida continua a me dar amor e encorajamento. Sua presença na minha vida é uma bênção.

Aos meus amigos do grupo “GLS's”, que compartilharam comigo suas experiências, lutas e conquistas. Vocês foram fontes valiosas de apoio, inspiração e compreensão ao longo desta jornada. Kewin em particular, obrigada por estar ao meu lado em momentos de profunda insanidade.

À Beatriz, minha parceira de estágio que compartilhou comigo momentos de desafios. Juntas, superamos obstáculos e aprendemos muito uma com a outra.

À minha orientadora, que gentilmente aceitou me ajudar nesse processo. Sua orientação e conhecimento foram fundamentais para o sucesso deste trabalho e para o meu crescimento como estudante.

A todos os educadores e educadoras que ao longo da minha jornada acadêmica me inspiraram e incentivaram a buscar o conhecimento. Cada um de vocês deixou uma marca na minha formação e trajetória.

Por fim, a mim mesma, por ter superado tantos desafios, incluindo os relacionados à saúde mental, para chegar até aqui.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise de fanzines criados por estudantes de uma turma de primeiro ano do Ensino Médio de uma escola estadual em Sergipe, afim de identificar as narrativas e discursos relacionados às temáticas da Educação Sexual que emergem da produção de fanzines no contexto do ensino de Biologia. A pesquisa bibliográfica realizada teve um caráter exploratório e abordou estudos pós-estruturalistas relacionados à diversidade sexual e de gênero. O trabalho adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa, com foco na análise cultural. A análise cultural tem como finalidade compreender como as narrativas dos/as estudantes do 1º Ano do Ensino Médio se materializam na produção de fanzines, contribuindo para problematização de discursos sobre as temáticas da Educação Sexual. Assim, os principais resultados evidenciaram que, de modo geral, os/as estudantes possuem (des)conhecimentos acerca das temáticas da Educação Sexual e uma visão essencialista marcada por abordagens prescritivas e higienistas, que são reflexos de um currículo conteudista. Entretanto, as representações visuais dos fanzines mostraram-se como uma ferramenta de grande potencial na construção de novos (des)aprendizados sobre as temáticas da Educação Sexual na escola.

**Palavras-chave:** Educação Sexual; Fanzines; Gênero.

## ABSTRACT

The present work aims to carry out an analysis of fanzines created by students of a first-year high school class of a state school in Sergipe, in order to identify the narratives and discourses related to the themes of Sex Education that emerge from the production of fanzines in the context of Biology teaching. The bibliographic research carried out had an exploratory character and addressed post-structuralist studies related to sexual and gender diversity. The work adopted a qualitative research approach, focusing on cultural analysis. The cultural analysis aims to understand how the narratives of the students of the 1st year of High School are materialized in the production of fanzines, contributing to the problematization of discourses on the themes of Sex Education. Thus, the main results showed that, in general, students have (mis)knowledge about the themes of Sex Education and an essentialist view marked by prescriptive and hygienist approaches, which are reflections of a content-based curriculum. However, the visual representations of the fanzines proved to be a tool of great potential in the construction of new (un)learning about the themes of Sex Education in school.

**Keywords:** Fanzines; Gender; Sex Education.

## SUMÁRIO

<b>1 DA EXPERIÊNCIA PESSOAL À PESQUISA ACADÊMICA .....</b>	<b>8</b>
<b>2 EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE BIOLOGIA: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>10</b>
<b>3 EDUCAÇÃO SEXUAL E FANZINES: CONCEITOS A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS .....</b>	<b>12</b>
3.1 Corpo, gênero e sexualidade: o que dizem os Estudos Culturais? .....	12
3.2 Educação Sexual no ensino de Biologia do Ensino Médio .....	20
3.3 Metodologias Ativas de Aprendizagem: a produção de Fanzines como estratégia didática.....	23
<b>4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....</b>	<b>28</b>
<b>5 PRODUÇÃO E ANÁLISE CULTURAL DE FANZINES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL .....</b>	<b>29</b>
5.1 Temáticas da Educação Sexual: imagens e conceitos .....	30
5.2 Educação Sexual biologicista: problematizações e desconstruções .....	46
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>59</b>

## 1 DA EXPERIÊNCIA PESSOAL À PESQUISA ACADÊMICA

É com grande satisfação que registro neste memorial as razões que me levaram a escolher a Educação Sexual como tema para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Minha decisão de abordar esse assunto crucial reflete uma série de experiências pessoais e profissionais, bem como uma profunda convicção sobre a importância da educação sexual na vida das pessoas.

Sou uma mulher cisgênero, lésbica, parda, filha única, criada com muito amor e esforço por minha mãe, Maria Adalgiza Oliveira, e minha avó Regina Maria de Jesus. Minha história é marcada por desafios e superações. Venho de uma família de baixa renda, a carência de um pai presente e a luta diária de minha mãe, que começou a trabalhar aos oito anos de idade, são elementos que moldaram minha jornada. Minha mãe encontrou na arte do bordado uma maneira de sustentar a família, mesmo que isso significasse trabalhar incansavelmente durante todo o dia. Essa realidade, infelizmente, também afetou nossa capacidade de construir uma conexão afetiva profunda.

Enquanto ela encontrou na igreja um amparo social, para mim, conforme fui crescendo e me tornando ciente da minha sexualidade, estar naquele local muitas vezes gerava um sentimento de desconforto, resultado de discursos de repressão e opressão que em diversos contextos são normalizados nessas instituições religiosas. Apesar de não gostar de estar nesse espaço, por anos fui forçada a frequentá-lo, mesmo após manifestar insatisfação.

Apesar dos conflitos intergeracionais, não posso deixar de reconhecer que minha mãe enfrentou os desafios da maternidade solteira com grande coragem, assumindo responsabilidades múltiplas para garantir que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade. Ao mesmo tempo, minha avó, viúva e de uma geração que frequentemente aderiu a papéis tradicionais de gênero, apoiou incansavelmente nossa família, demonstrando que o amor e o apoio familiar são mais poderosos do que qualquer norma social. Suas ações não apenas quebraram estereótipos de gênero, mas também me proporcionaram oportunidades valiosas para crescer, aprender e realizar meus sonhos acadêmicos. Portanto, me sinto grata por todas as oportunidades que tive e pela chance de estar na universidade.

Inicialmente, ingressei no curso de Secretariado Executivo na Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2017, buscando uma oportunidade de sair do interior. No entanto, percebi

que esse não era o meu caminho e, em 2018, mudei para a licenciatura em Ciências Biológicas devido ao meu profundo interesse na disciplina de biologia, mesmo sem o objetivo inicial de me tornar professora.

Desde cedo, percebi a falta de educação sexual relevante em nossa sociedade. Cresci em um ambiente onde o assunto era frequentemente tratado como tabu e desconforto. Essa lacuna na minha própria educação me fez questionar por que a sociedade evitava discutir abertamente um tema tão vital para o bem-estar humano. Essa inquietação cresceu à medida que fui testemunhando os efeitos negativos dessa falta de informação em minha vida e na vida de outras pessoas ao meu redor.

A escolha de abordar a educação sexual em meu trabalho também foi influenciada pela minha formação acadêmica. Durante meu curso, tive a oportunidade de participar brevemente de um projeto de PIBIC que investigou a representação de corpo, gênero e sexualidade em manuais escolares de Biologia em Sergipe. Além disso, tive o prazer de estudar sobre o tema na disciplina obrigatória “Corpo, Gênero e Sexualidade”. Ambos me forneceram uma base sólida de conhecimento, assim como instigaram a necessidade de explorar mais profundamente a educação sexual como um tema independente.

Além disso, minha experiência pessoal e profissional me permitiu observar as consequências de uma educação sexual inadequada. Vi amigos, colegas e até mesmo membros da minha família enfrentando desafios emocionais e físicos devido à falta de informação sobre saúde sexual, contracepção e relacionamentos saudáveis. Essas experiências me motivaram a querer fazer a diferença na vida das pessoas ao promover informações contínuas e sistemáticas sobre Educação Sexual para “além do biológico” (Souza, 2018).

Acredito que a Educação Sexual é um direito humano fundamental, pois as (in)formações possibilitam as pessoas tomarem decisões coerentes sobre seu bem-estar e prevenir uma série de problemas sociais, como gravidez na juventude, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e abuso sexual. A Educação Sexual também desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade sexual, reconhecimento e respeito às diferenças. Ela não apenas fornece informações práticas sobre saúde sexual, mas também contribui para a criação de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, onde todas as pessoas possam viver e expressar sua sexualidade de maneira autêntica e livre de discriminação. Portanto, escolher este tema para esta pesquisa é uma maneira de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e quebra dos estigmas que cercam gêneros e sexualidades.

Minha trajetória acadêmica incluiu diversas experiências, como participação no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), na Monitoria da disciplina de Elementos de Anatomia Humana, no Programa Residência Pedagógica e em um estágio não-obrigatório no Laboratório Central de Saúde Pública de Sergipe (LACEN), onde no último, por um acaso do destino, tive a oportunidade de conhecer o trabalho da Professora Doutora Elaine de Jesus Souza, pesquisadora na área de Educação Sexual que felizmente aceitou o convite de orientar voluntariamente esta pesquisa.

Neste trabalho, pretendo evidenciar a relevância de uma Educação Sexual sociocultural e política a partir da problematização de fanzines como metodologias ativas produzidas por discentes do Ensino Médio, visando o reconhecimento das identidades/diferenças na escola ao promover abordagens didático-metodológicas que favoreçam uma educação sexual aberta, plural e inclusiva.

Em resumo, minha escolha de abordar a Educação Sexual em meu TCC é uma manifestação do meu compromisso pessoal em promover a educação e o diálogo aberto sobre um tema que impacta profundamente a vida de todas as pessoas. Espero que meu trabalho contribua, de alguma forma, para uma sociedade mais saudável, empoderada e livre para expressar e vivenciar múltiplas sexualidades, corpos e gêneros.

## **2 EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO DE BIOLOGIA: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS**

Para iniciar-se o debate acerca de Corpo, Gênero e Sexualidade no espaço escolar é necessário compreender que este é um ambiente de socialização que participa na construção de valores, mas que também pode contribuir na propagação de preconceitos e estereótipos.

A escola contribui de forma significativa para isso através do disciplinamento dos corpos com a pedagogia da sexualidade (Louro, 2000). Através dos livros didáticos, por exemplo, são produzidas e circuladas opiniões e discursos em relação às masculinidades e às feminilidades, padrões de gênero “normais” e aceitáveis, acerca da sexualidade e de vários outros comportamentos considerados válidos pela sociedade, utilizando-se da Biologia para justificar tais ideias (Silva, E. P. Q.; Silva, L. A., 2013).

O determinismo biológico, conforme discutido por Furlani (2021), é a ideia de que os traços e comportamentos das pessoas são principalmente determinados pela genética, minimizando a influência de fatores ambientais e sociais. No entanto, essa visão tem sido criticada por simplificar a complexidade da biologia humana, negligenciando as interações entre genes e ambiente na formação das características individuais e no desenvolvimento de comportamentos.

Segundo Louro (2000) é no âmbito social que o corpo adquire significado. O conceito de gênero é formado através do contexto da cultura em que ele está inserido, por isso, os corpos carregam marcas dessa cultura. As formas de expressão de desejos, sexualidade e prazeres também são sempre socialmente construídas e codificadas. Assim, as identidades de gênero e sexual são compostas e definidas pelas relações sociais, que são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Foucault, 1979).

É importante compreender que, embora a Educação Sexual ainda não seja reconhecida como um elemento crucial do currículo educacional, seu tratamento no âmbito da Biologia, especificamente, levanta desafios e questões complexas. A Biologia é a disciplina que busca compreender a vida em sua totalidade, incluindo a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades presentes na natureza humana. No entanto, a maneira como esses temas são abordados nas salas de aula muitas vezes reflete preconceitos e estereótipos enraizados na sociedade.

Souza (2015) argumenta que a carência de estudos e (in)formações sobre diversidade sexual e homofobia em Sergipe leva a dificuldades para abordagem desses temas nas escolas. Isso ocasiona práticas homofóbicas, como violência física e verbal, que impedem jovens de estudar e vivenciarem plenamente suas sexualidades e seus gêneros. A sociedade impõe padrões heteronormativos, e esses muitas vezes são reforçados na escola ao invés de serem questionados.

Apesar de afetar todos/as os/as alunos/as, é mais provável que a homofobia tenha um impacto maior em jovens que estão explorando sua identidade sexual e de gênero de forma não convencional. Isso pode prejudicar seu bem-estar emocional, relações sociais, desempenho escolar, segurança e inclusão. A homofobia também contribui para o abandono escolar, desinteresse, problemas psicológicos e dificuldades no mercado de trabalho. Ela cria muitos obstáculos e afeta negativamente a vida dos jovens que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ (Junqueira, 2009).

Segundo Ribeiro, Magalhães, Silva e Vilaça (2016) ao problematizar essas questões através do currículo tem-se a possibilidade de desconstrução dos binarismos e assim a promoção, respeito, reconhecimento e valorização de todos os tipos de corpos, identidades sexuais e vivências.

Este trabalho se propõe a analisar discursos relacionados à educação sexual e à diversidade sexual e de gênero a partir da produção de fanzines no contexto do ensino de biologia. Os fanzines, como formas de expressão artística e cultural, têm o potencial de (des)construir estereótipos, criar espaços para a diversidade de vozes e oferecer uma abordagem criativa e acessível para discutir as questões de corpo, gênero e sexualidade.

Para Braga (2009), os/as educadores/as precisariam estar dispostos a aprender e encarar desafios, ao participarem de cursos, debates e grupos de estudos para compartilhar experiências com outros/as profissionais. “A aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral, de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida.” (Bacich; Tanzi Neto; Trevisani, 2015, p. 35).

Diante dessas considerações, surge a indagação central que norteou este trabalho: Como problematizar discursos sobre as temáticas da Educação Sexual a partir da produção de fanzines? Assim, cabe enfatizar que o objetivo geral dessa pesquisa é analisar discursos relacionados às temáticas da Educação Sexual, utilizando a produção de fanzines como meio de expressão colaborativa com estudantes do 1º Ano do Ensino Médio.

Portanto, busca-se investigar como os/as estudantes dessa faixa etária representam e reproduzem essas questões por meio dessa forma criativa de comunicação. A análise tem como finalidade compreender como as narrativas dos/as estudantes se materializam na produção de fanzines, contribuindo para problematização de seus entendimentos em relação às temáticas da Educação Sexual.

### **3 EDUCAÇÃO SEXUAL E FANZINES: CONCEITOS A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS**

#### **3.1 Corpo, gênero e sexualidade: o que dizem os Estudos Culturais?**

Neste capítulo iremos mergulhar nas complexas interações entre corpo, identidade de gênero e sexualidade, sob a perspectiva crítica e analítica dos Estudos Culturais. Este capítulo oferecerá uma visão das principais teorias e perspectivas que moldaram o entendimento contemporâneo desses temas, destacando como as construções sociais, culturais e históricas desempenham um papel fundamental na formação das experiências individuais e coletivas. Através de um diálogo interdisciplinar entre autores/as, investigaremos normas, representações e discursos produzidos socioculturalmente sobre corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual, e como isso afeta as dinâmicas sociais e políticas que permeiam essas questões.

As temáticas da Educação Sexual são produzidas na cultura compreendida, na ótica dos estudos culturais pós-estruturalistas, “[...] *tanto* como uma forma de vida – compreendendo ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder – *quanto* toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa, e assim por diante [...]” (Nelson; Treichler; Grossberg, 2013, p. 14). Os Estudos Culturais constituem um campo transdisciplinar que veicula por meio de diferentes artefatos e pedagogias culturais uma multiplicidade de significados e discursos (re)produzidos por meio de relações de poder-saber, que representam práticas sociais relacionadas a distintas formas de ensinar e aprender sobre identidades e diferenças (Hall, 1997; Silva, 2015), principalmente nas dimensões de sexualidade, corpo e gênero.

De acordo com Mattos (2010, p. 294) “O corpo é o primeiro ponto de ancoragem ao qual o indivíduo se constrói.” À primeira vista, corpo e sexo parecem inseparáveis. Homens e mulheres comumente são identificados por suas características biológicas. No entanto, as funções do corpo são moldadas por símbolos e experiências sociais. A sociedade atribui significados aos corpos, definindo-os pelo sexo biológico e os associando arbitrariamente a “papéis específicos” com base em valores sociais (Navaro-Swain, 2000).

O corpo, na visão pós-estruturalista, é como uma “criação” da sociedade. Isso significa que não é algo simplesmente natural e fixo, mas algo que é moldado pelas regras e ideias da nossa cultura. O que achamos bonito, saudável ou até mesmo o que é considerado masculino ou feminino, tudo isso é influenciado pelo que a sociedade pensa. Portanto, o corpo não é uma coisa imutável, mas algo que é afetado pelas ideias e expectativas das pessoas ao nosso redor (Goellner, 2013). Isso nos faz pensar sobre como o poder e a sociedade podem influenciar a forma como vemos nossos próprios corpos.

Como afirmado por Ferreira (2008, p. 472), “o contexto social e cultural modela o corpo em suas diversas maneiras de falar, andar, pular, saltar, dançar, sentar, rir, ficar de pé, dormir,

tocar, ver, viver e morrer”, destacando assim a influência direta da sociedade na formação das práticas corporais. Essa influência se manifesta por meio de várias convenções sociais, como ritos, etiquetas, características gestuais, expressões de sentimentos, e até mesmo na distinção de classe e códigos culturais. O corpo humano se torna, portanto, uma tela onde estão inscritos os traços da cultura e da sociedade em que a pessoa está imersa.

O corpo carrega as regras, normas e valores de uma sociedade. É através dele que as pessoas se conectam diretamente com o ambiente ao seu redor (Daolio, 1995). Cada sociedade e cultura exerce sua influência sobre o corpo, moldando suas particularidades e destacando certos aspectos em detrimento de outros. Isso leva ao surgimento de padrões de beleza, sensualidade, saúde e postura, que orientam como homens e mulheres se percebem e constroem suas identidades (Barbosa; Matos; Costa, 2011).

Para Foucault, (1987, p. 119) existe uma “[...] política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe”. Ou seja, em distintos contextos sociais, investe-se em uma forma e regular e aprisionar o corpo “[...] no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

A noção de corpo, padrões e saúde passou por transformações significativas ao longo dos séculos e das diferentes eras da história da humanidade. Barbosa, Matos e Costa (2011) explicam que da Idade Média até o final do século XVIII, nas sociedades dominadas pelo cristianismo, o corpo era visto numa característica controladora de fé como a prisão da alma, e utilizava-se do discurso de pecado para o seu controle. Os corpos, principalmente aqueles ligados ao sexo feminino, eram vistos como objetos de tentação ao homem, e, portanto, deveriam ser dominados e purificados através da punição. Um exemplo disso está nos “processos de bruxaria”.

Como destacado por Barbosa, Matos e Costa (2011, p. 27), “a ideia central da bruxaria era a de que o demônio procurava fazer mal aos homens para se apropriar das suas almas”. Essa apropriação, segundo a visão da época, ocorria principalmente por meio do corpo e, mais especificamente, pela sexualidade. Através da sexualidade, o demônio supostamente se apropriava primeiro do corpo e, em seguida, da alma do indivíduo. Dado que as mulheres eram consideradas intrinsecamente ligadas à sexualidade, muitas delas eram erroneamente acusadas de serem “agentes do demônio” e, conseqüentemente, eram rotuladas como bruxas. Os

processos inquisicionais, como observado pelas autoras, concentravam-se primordialmente nos corpos das acusadas, envolvendo a sua despioção, a depilação de cabelos e pelos, e uma minuciosa investigação de seus corpos em busca de qualquer sinal que pudesse incriminá-las.

Com a Renascença, houve um ressurgimento do interesse pela anatomia e pela observação do corpo humano, contribuindo para uma visão mais científica da saúde e da fisiologia. Através do avanço científico e técnico, passa-se do teocentrismo ao antropocentrismo, e com a revolução industrial o corpo é visto sob uma lógica de produção capitalista, em que se mostra “tanto oprimido, como manipulável” e segundo Barbosa, Matos e Costa (2011, p. 28) “era percebido como uma ‘máquina’ de acúmulo de capital”.

As novas possibilidades tecnológicas resultaram em maior expectativa de vida, expansão das interações e atividades corporais devido a novas formas de locomoção e comunicação. O fácil acesso à informação ampliou o conhecimento. No entanto, a padronização dos conceitos de beleza, ancorada na busca pelo corpo magro ou musculoso que era impulsionada pelas novas tecnologias e unificada pela lógica de produção, levou a uma diminuição significativa nas experiências corporais do homem contemporâneo, tanto em quantidade quanto em qualidade (Pelegrini, 2006).

O século XX trouxe uma ênfase na aptidão física e na estética, especialmente com a ascensão da cultura de celebridades e a disseminação da imagem corporal através dos meios de comunicação. Com a comunicação em massa, o corpo não é mais reproduzido apenas em pinturas ou desenhos, mas alcança muitas pessoas através de fotografias, do cinema e da televisão, perdendo sua individualidade (Barbosa; Matos; Costa, 2011).

“O corpo pós-moderno passou do mundo dos objetos para a esfera do sujeito, assumido e cultivado como um ‘eu-carne’, credor de reconhecimento e de glorificação, e mesmo objeto-sujeito de culto” (Ribeiro, 2003, p. 7).

Como afirmado por Pelegrini (2006, p. 5), “Visivelmente, trabalha-se com o desejo alheio, não um desejo inerente, mas um desejo construído segundo os moldes do consumo”. A expressão desse aspecto de produção visa despertar uma resposta emocional, envolvendo os sentidos, que está intimamente ligada à essência, à feminilidade/masculinidade e, acima de tudo, ao ideal estético predominante. “[...] Desse modo, a propaganda apodera-se da subjetividade de cada indivíduo, incitando-o a recriar-se, segundo o modo ou estilo de vida que ela propaga”.

No capitalismo de produção, o corpo era visto como força de trabalho a ser controlada e preservada. Já no capitalismo de superprodução, o foco é no consumo excessivo. O corpo participa como consumidor e objeto de consumo (Vaz, 2006).

Nos tempos atuais, vemos uma crescente conscientização sobre a diversidade de corpos e uma mudança na percepção de saúde. Os estudos feministas das décadas de 60 e 70 trouxeram à tona novas noções de corpo. As diferenças entre homens e mulheres agora são vistas como sendo influenciadas por fatores históricos e culturais, em vez de serem exclusivamente biológicas ou sexuais (Paim; Strey, 2004). Essas transformações na noção de corpo, padrões e saúde ao longo das eras refletem não apenas mudanças culturais e sociais, mas também avanços científicos e ideológicos.

Conforme destacado por Kergoat (1996), as circunstâncias nas quais homens e mulheres vivem não resultam de uma inevitabilidade biológica, mas de construções sociais. Homens e mulheres não representam um simples conjunto de indivíduos com características biológicas distintas, mas sim dois grupos sociais que estão envolvidos “[...] em uma relação social específica: as relações sociais de sexo” (p. 1).

As relações sociais de sexo se referem a como as pessoas são tratadas e vistas com base em seu gênero, ou seja, se são consideradas mulheres, homens ou outras identidades de gênero (Devreux, 2005). Isso afeta muitos aspectos da vida, desde como as pessoas são educadas, quais trabalhos elas podem fazer, como são pagas, até mesmo como são tratadas em situações cotidianas. Às vezes, essas relações sociais podem ser desiguais, com um grupo de gênero sendo valorizado ou privilegiado em relação a outros. É importante entender e questionar essas relações sociais para alcançar um mundo mais igualitário, onde todas as pessoas sejam tratadas com respeito e tenham as mesmas oportunidades, independentemente de seu gênero.

Segundo Louro (2001, p. 70) “A feminilidade e a masculinidade não são constituídas propriamente pelas características biológicas. Mas, sim, por tudo que se diz ou representa a respeito destas características.” Nesse olhar, cabe pluralizar as noções de feminilidades e masculinidades reconhecendo que são (re)construídas ao longo de experiências, identidades e diferenças.

Como citado anteriormente, o corpo é uma manifestação tangível da identidade de um indivíduo, sendo uma intersecção complexa entre fatores biológicos, sociais e culturais. Os sistemas sexuais, que tradicionalmente classificam os corpos em categorias binárias de masculino e feminino, muitas vezes não capturam a diversidade inerente à experiência humana.

De acordo com Foucault (1979, p. 144) “A noção de sexo permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e

prazeres, e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal [...]”. Dessa forma, a ideia de sexo foi tratada como se fosse uma explicação universal para tudo o que acontece em nossos corpos, visto como algo que tinha um papel importante na sexualidade humana e nas ciências biológicas da reprodução. No entanto, o conhecimento sobre sexualidade ganhou algum grau de credibilidade apenas porque estava próximo das ciências biológicas. “mas, através dessa mesma vizinhança, certos conteúdos da biologia e da fisiologia puderam servir de princípio de normalidade à sexualidade humana” (Foucault, 1979, p. 145).

Em sua obra “História da Sexualidade”, Foucault (1988) explorou como o sexo deixou de ser apenas um ato reprodutivo e passou a ser uma parte integral da identidade pessoal, moldada por discursos, instituições e poder. Portanto, ele desafiou a visão tradicional de que o sexo é uma característica biológica inata e demonstrou como as sociedades criam e controlam as noções de sexualidade de acordo com suas normas e interesses.

Um exemplo disso está relacionado com a patologização da homossexualidade no século XIX e início do século XX. Nesse período, a homossexualidade era frequentemente considerada uma doença mental e um desvio da norma heterossexual. Os interesses da sociedade e das autoridades médicas eram influentes nesse processo. Essa categorização patológica não tinha base científica sólida, mas refletia os valores morais da sociedade da época, que considerava a homossexualidade como um comportamento desviante e inaceitável (Foucault, 1988).

Um exemplo adicional de como a sociedade cria e controla as noções de gênero está relacionado às expectativas de gênero impostas desde a infância. Tradicionalmente, muitas culturas tinham e ainda têm normas rígidas sobre como meninos e meninas devem se comportar, se vestir e expressar suas identidades de gênero. Isso inclui a ideia de que os meninos devem ser corajosos, assertivos e interessados em esportes, enquanto as meninas devem ser dóceis, cuidadoras e interessadas em brinquedos associados ao cuidado, como bonecas (Louro, 1997; 2000; 2002). Para Scott (1995, p. 86) “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.”

A questão social também se expressa pelo grande número de mulheres vítimas de violência, resultado de desigualdades nas relações sociais presentes no sistema econômico atual. Isso afeta especialmente as mulheres da classe trabalhadora. A sociedade patriarcal, útil para a manutenção desse sistema, leva à objetificação das mulheres. Elas são submetidas às vontades do patriarcado, vistas como cumpridoras de “papéis” e limitando seu progresso social, econômico, político e cultural. Isso contribui para várias formas de violência de gênero (Souza, Sirelli, 2018).

Em uma ótica mais subversiva, a performatividade de gênero, um conceito introduzido por Butler (1990), destaca como a expressão de gênero é uma ação socialmente construída e encenada. Segundo essa perspectiva, as pessoas não simplesmente “são” de um gênero específico, mas sim “fazem” gênero por meio de suas ações e comportamentos. Ademais, para Oliveira (2010, p. 59) “[...] essas identidades correspondem a uma ilusão criada pelas sociedades misóginas e heterossexistas que estruturam e sustentam a ficção da existência concreta de homens e mulheres.” O autor argumenta que identidades e expressões de gênero constituiriam uma ficção, isto é, são criadas a partir de um mito que funciona como uma forma de regulação alicerçada na noção arbitrária de diferença sexual.

A teoria da performatividade de gênero desafia as noções tradicionais de gênero como algo inerente e estático, argumentando que é um processo contínuo de interpretação e representação. A ideia é que quando se age de certas formas que a sociedade associa com homens ou mulheres, estamos ajudando a reforçar como as pessoas devem ser de acordo com o gênero.

O conceito de gênero muitas vezes é equivocadamente interpretado como um indicativo de uma verdade interna. O gênero é influenciado por normas obrigatórias que pressionam as pessoas a adotarem uma identidade de gênero específica, frequentemente dentro de uma estrutura estritamente binária. A reprodução do gênero, portanto, sempre envolve negociações com o poder. De acordo com Butler (2018, p. 40), “[...] não existe gênero sem essa reprodução das normas que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstituir a realidade de gênero de acordo com novas orientações.”

Essa abordagem tem implicações profundas na compreensão de identidades de gênero e na forma como as pessoas podem desafiar as normas de gênero, ao reconhecer a diversidade e fluidez das masculinidades e feminilidades.

Historicamente, muitos discursos, teorias e visões trataram as definições de gênero de forma essencialista e naturalizada, frequentemente associando as mulheres à reprodução e à maternidade, enquanto os homens eram relacionados à esfera pública e ao poder. Essa explicação permeou a maioria das tentativas de entender e descrever o que era chamado de “natureza feminina” e “natureza masculina”. De acordo com Matos (2015, p. 69), “Boa parte das características atribuídas ao feminino foi desvalorizada se comparadas àquelas atribuídas ao masculino. Isso aconteceu, pelo menos, desde Platão e Aristóteles, para quem as mulheres eram “um desvio, como uma relação imperfeita”.

Butler (2003), no livro "Problemas de Gênero" destaca que as associações entre gênero e sexo em qualquer cultura são arbitrárias, e não necessariamente ligadas a homens e mulheres, machos e fêmeas, masculino ou feminino. A autora argumenta que sexo é uma categoria sociocultural, assim como o gênero. Ou seja, que ambos seriam construídos a partir de práticas, discursos e experiências na sociedade. A partir de abordagens subversivas, questiona a heterossexualidade compulsória e propõe uma nova reflexão sobre a hetero/bi/homossexualidade, criticando pressupostos profundamente enraizados nas ciências humanas.

A heterossexualidade compulsória (Rich, 1980) se refere à pressão social e cultural que impõe a heterossexualidade como a norma e a única orientação sexual aceitável. Esse fenômeno pode criar um ambiente em que as pessoas se sentem obrigadas a adotar a heterossexualidade como padrão, muitas vezes reprimindo suas próprias identidades e desejos. Como observado por diversos estudiosos, a heterossexualidade compulsória pode limitar a liberdade de escolha das pessoas em relação à sua sexualidade, impactando tanto os indivíduos quanto a sociedade em geral.

A sexualidade também é uma parte crucial da construção social do gênero, uma vez que “papéis” e expectativas associadas a diferentes identidades de gênero frequentemente influenciam as formas como as pessoas expressam sua atração sexual e afetiva.

Há formas de sexualidade para os quais não existe um vocabulário adequado precisamente porque as lógicas poderosas que determinam como pensamos sobre desejo, orientação, atos sexuais e prazeres não permitem que elas se tornem legíveis? Não existe uma exigência crítica para repensar nosso vocabulário existente, ou revalorizar nomes desvalorizados e formas de discursos precisamente para cobrir as normas que limitam não apenas o que é pensável, mas a possibilidade de pensar as vidas fora da conformidade de gênero? (Butler, 2018, p. 45-46).

A sexualidade é a forma como vivemos nossos prazeres e desejos, e, segundo Louro (2000, p. 5), possui alguns pontos comuns em suas discussões: “[...] a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política.” Além disso, “a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.”

Butler (2003) argumenta que a matriz heterossexual é uma estrutura social que define e legitima o que é considerado “normal” em termos de orientação sexual e identidade de gênero. Essa matriz estabelece a heterossexualidade como a norma predominante, tornando-a invisível e naturalizada, enquanto outras orientações sexuais, como a homossexualidade e a bissexualidade são frequentemente marginalizadas.

A matriz heterossexual opera como um sistema de poder que mantém hierarquias de gênero, promovendo a ideia de que homens e mulheres devem se encaixar em papéis e expectativas rígidos em relacionamentos heterossexuais. Isso, por sua vez, contribui para a manutenção de desigualdades de gênero e normas de comportamento (Louro, 2016).

Questionar e desafiar a matriz heterossexual é essencial para a promoção da equidade de gênero, bem como para o reconhecimento e respeito às diversas formas de amor, desejo e vivências. Ao criar um espaço de aprendizado inclusivo e informativo, os/as educadores desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa com relação à diversidade sexual.

Em suma, destacamos a influência das construções sociais, culturais e históricas na formação das experiências individuais e coletivas. Neste capítulo, investigamos normas, representações e discursos que são socioculturalmente produzidos sobre corpo, gênero e sexualidade e como essas construções afetam as dinâmicas sociais e políticas. O próximo capítulo abordará as implicações dessas questões na Educação Sexual e a importância dos/as educadores/as em promover a discussão dessas temáticas no contexto escolar.

### **3.2 Educação Sexual no ensino de Biologia do Ensino Médio**

Neste capítulo exploraremos a relevância e os desafios da incorporação da educação sexual no currículo de Biologia para estudantes do Ensino Médio. Neste contexto, analisaremos a importância de construir junto com os/as jovens (in)formações sobre as temáticas de corpo, gênero e sexualidade. O objetivo é obter uma visão geral das questões que envolvem a integração da educação sexual no ensino de Biologia do Ensino Médio, destacando os benefícios de uma abordagem que não somente sensibiliza os/as jovens a tomarem decisões responsáveis sobre sua saúde e sexualidade, mas que também promove o reconhecimento à diversidade sexual e de gênero entre os/as estudantes.

Acredito que seja importante salientar que a educação sexual abrangente transcende a mera abordagem da anatomia sexual, expandindo seu foco para promover uma compreensão inclusiva das dimensões humanas relacionadas ao corpo, às relações de gênero e orientações sexuais. Logo, para que o tema seja abordado plenamente em sala de aula, entende-se que durante a formação de professores e professoras seria apropriado incluir discussões sobre a sexualidade humana, destacando-se que “Conhecer a sexualidade não significa aprender a estrutura dos genitais. Educação sexual centrada na genitalidade advém de uma educação que

disciplina, organiza e concentra o prazer nos genitais; assim procedendo, anestesia o resto do corpo” (Camargo; Ribeiro, 1999, p. 50).

Analisar as diferentes abordagens teóricas e práticas da educação sexual, segundo Furlani (2011) é de grande importância para os professores, pois tem implicações educacionais e políticas significativas, visto que cada abordagem influencia a forma como os professores planejam e realizam a educação sexual, moldando sua atuação e o tipo de educação que oferecem aos alunos.

“Neste sentido, mesmo que reconheçamos que os cursos de formação não habilitem, adequadamente, professoras/es para o trabalho de Educação Sexual na escola, a formação continuada pode e deve buscar suprir essa lacuna” (Furlani, 2011, p. 28).

No entanto, é crucial reconhecer que a tarefa de fornecer educação sexual pode ser emocionalmente desafiadora para os professores, uma vez que eles são produtos de uma cultura permeada por equívocos e tabus. Isso muitas vezes resulta em sentimentos de desconforto e insegurança em relação à própria sexualidade. Portanto, a interação entre família e escola desempenha um papel fundamental nesse contexto, ajudando a criar um ambiente mais propício para discussões abertas e saudáveis sobre esta temática (Moizés; Bueno, 2010).

Como destacado por Louro (2000, p. 21) “Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras.” Essa pedagogia da sexualidade também é observada em diversas outras esferas sociais, incluindo a mídia, a igreja, o sistema judiciário e assim por diante. Essas instituições muitas vezes compartilham da mesma estrutura de legitimação e negação de determinados sujeitos e discursos, embora também possam produzir discursos que sejam diversos e contraditórios entre si.

Segundo Bonfim (2009), o ensino de Ciências nas escolas permanece ancorado na reprodução de informações biológicas de forma simplista, sem uma abordagem social que conecte as questões e avanços científicos, incluindo os da Biologia, com contextos históricos, mudanças políticas e influências dominantes.

De acordo com Souza (2018), nos currículos escolares e acadêmicos, a Educação Sexual costuma focar principalmente na ideia de sexo, que refere ao ato sexual, aos órgãos genitais e à diferenciação entre masculino e feminino, porém ela envolve aspectos emocionais, sociais e culturais. Portanto, o conceito de sexualidade abrange muito mais do que apenas o lado físico, e discursos essencialistas baseados na biologia e na medicina não conseguem abordar toda a diversidade e complexidade da sexualidade humana. Assim, a autora compreende a Educação

Sexual além do biológico como um campo transdisciplinar que abrange discursos sobre sexualidade, corpo e gênero.

A abordagem biológica higienista da educação sexual pode ser moralizante e limitada, focando em transmitir normas e valores específicos em detrimento de uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade humana. Para Furlani (2011, p. 25) o determinismo biológico presente nessa abordagem colabora com a “naturalização de desigualdades sexuais e de gênero.”

Conforme destacado por Silva (2000, p. 29), “Os modos de estar no mundo demarcam uma estética, uma ética, uma posição política, mesmo quando não se tem consciência disso. Não compete ao projeto escolar, em temas sensíveis como sexualidade, gênero e religiosidade defender esse ou aquele caminho.” Em vez disso, os/as educadores/as têm o papel de criar e supervisionar ambientes de aprendizagem que permitam que os/as estudantes desenvolvam a autoestima, o respeito por si mesmos/as e pelos outros, independentemente das jornadas subjetivas.

A atualização do Plano Nacional da Educação (PNE), no ano de 2014, acabou influenciando os Planos Municipais e Estaduais na retirada de qualquer menção aos termos de gênero ou diversidade sexual da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por conta de ataques a uma “ideologia de gênero” inventada por conservadores para se referirem aos estudos de Corpo, Gênero e Sexualidade (Junqueira, 2017).

A ausência de utilização dessas expressões pode, segundo Junqueira (2017, p. 26) “[...] promover uma restauração do estatuto da ordem sexual tradicional e reforçar as disposições relativas às normas de gênero, à heterossexualidade obrigatória e à heteronormatividade”.

Souza (2018), argumenta que discursos que se baseiam em conceitos de determinismo biológico e outras formas de normatizações estão contribuindo para uma visão restrita da sexualidade e de gênero que está sendo perpetuada nos currículos escolares e nas práticas educacionais, incluindo dos programas de graduação. Mesmo reconhecendo que existem diversas formas de vivenciar e expressar as identidades sexuais e de gênero “[...] costuma ser consensual a ideia de que a instância escolar deveria nortear suas ações por um padrão legitimado histórica e socioculturalmente: um modo ‘normal’ de masculinidade e feminilidade, e de sexualidade, nesse caso a heterossexualidade” (Souza, 2018, p. 49).

Segundo Bertoldo, Guarany e Cardoso (2021), nota-se que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda a sexualidade de maneira higienista, restringindo-se ao trinômio corpo/saúde/doença. As questões de gênero são geralmente ignoradas. Apesar disso, há

resoluções que permitem abordar gênero e sexualidade nas escolas. O currículo de Sergipe se destaca ao incluir discussões sobre diversidade sexual e de gênero em várias disciplinas, inclusive Biologia. A Resolução nº2 do CNE também incentiva o debate de temas como violência e preconceito nas escolas.

Em resumo, a inclusão da Educação Sexual no ensino de biologia do ensino médio desempenha um papel crucial na formação abrangente de estudantes. Além de abordar os aspectos biológicos da reprodução e da saúde sexual, a educação sexual oferece uma oportunidade valiosa para discutir questões mais amplas relacionadas à sexualidade, identidades de gênero, diversidade sexual e relacionamentos saudáveis. Ao adotar uma abordagem inclusiva, os/as educadores junto com estudantes possibilitariam estratégias didático-metodológicas para o (auto)conhecimento e respeito a si mesmos/as e aos/as outros/as. Todavia, uma abordagem educacional e curricular voltada para a compreensão das identidades sexuais e de gênero não pode se limitar a expressar boas intenções em relação à diversidade. “Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las.” (Silva, 2000, p. 100).

### **3.3 Metodologias Ativas de Aprendizagem: a produção de Fanzines como estratégia didática**

Neste capítulo iremos explorar uma abordagem para o ensino, que envolve a criação de fanzines como uma ferramenta de aprendizagem. Este capítulo fornecerá uma breve visão a respeito do que são as metodologias ativas, destacando como elas podem ser aplicadas de forma eficaz para promover a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas. Investigaremos como a produção de fanzines, uma forma de mídia alternativa e expressiva, pode ser utilizada como estratégia didática para engajar os estudantes no campo da educação sexual, examinando os benefícios dessa abordagem e demonstrando como ela pode transformar o processo de aprendizagem em uma experiência dinâmica e significativa.

As metodologias ativas de ensino têm ganhado destaque no cenário educacional devido à sua eficácia em promover uma aprendizagem mais participativa, engajadora e centrada no/a aluno/a. Segundo Pereira (2012, p. 6), as metodologias ativas consistem em um: “[...] processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja,

efetivamente, no estudante. Contrariando assim a exclusividade da ação intelectual do professor e a representação do livro didático como fontes exclusivas do saber na sala de aula.”

De acordo com Medeiros (2014), essas abordagens pedagógicas focam no envolvimento ativo dos estudantes no processo de construção do conhecimento, estimulando a reflexão crítica, a colaboração e a aplicação prática dos conceitos aprendidos. Nesse contexto, as metodologias ativas não apenas fornecem informações, mas também incentivam os alunos a desenvolverem habilidades de pensamento autônomo e resolução de problemas, preparando-os de maneira mais abrangente para os desafios do mundo contemporâneo.

As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Quando acatadas e analisadas as contribuições dos alunos, valorizando-as, são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras (Berbel, 2011, p. 28).

Diferentemente do método tradicional, em que os/as alunos/as são receptores passivos de teorias, a abordagem ativa considera os/as estudantes como sujeitos históricos, assumindo assim um papel ativo no processo de aprendizagem. Isso envolve reconhecer e valorizar suas experiências, conhecimentos e opiniões como base para a construção do conhecimento (Diesel; Baldez; Martins, 2011).

Quando os/as alunos/as se envolvem ativamente em novas aprendizagens, compreendem e fazem escolhas movidas pelo interesse, construindo as bases para exercer sua liberdade e autonomia na tomada de decisões ao longo de sua jornada educacional. Segundo Berbel (2011) essa participação ativa os prepara para enfrentar desafios futuros em suas carreiras.

Existem diversas metodologias ativas de ensino, cada uma com abordagens específicas para envolver os estudantes de forma participativa e promover uma aprendizagem mais eficaz. Cada uma dessas metodologias ativas oferece uma abordagem única para o ensino, permitindo que os/as educadores/as escolham a que melhor se adapte aos objetivos de aprendizado e ao público-alvo, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e envolvente.

“Na escola, o professor é o grande intermediador desse trabalho, e ele tanto pode contribuir para a promoção de autonomia dos alunos como para a manutenção de comportamentos de controle sobre os mesmos” (Berbel, 2011, p. 25)

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas

também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor de frases e de ideias inertes do que um desafiador (Freire, 2015, p. 29).

No contexto do ensino de biologia, as metodologias ativas desempenham um papel crucial ao promover uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos científicos (Aguiar; Rocha; Soares, 2021). Através da adoção de estratégias como estudos de caso, projetos de pesquisa e discussões em grupo, os/as alunos/as são incentivados a explorar o mundo biológico de maneira prática e interativa. Por exemplo, a utilização de estudos de caso envolvendo situações reais ou fictícias permite aos estudantes aplicar os conhecimentos biológicos em contextos do mundo real, estimulando o raciocínio crítico e a tomada de decisões informadas.

Entre limites e possibilidades, a BNCC (Brasil, 2018), destaca a importância de promover a formação integral dos/as estudantes, incentivando sua participação ativa e a conexão com a realidade, o que se alinha com as metodologias ativas. No entanto, ao adotar essas abordagens no ensino de Ciências e Biologia, é essencial considerar as diferentes situações das escolas e adaptar a implementação de acordo com essas realidades. Compartilhar exemplos de práticas realizadas por vários educadores e em contextos variados pode ser valioso para explorar maneiras de aplicar esses métodos de forma eficaz (Aguiar; Rocha; Soares, 2021).

Uma metodologia ativa que tem se mostrado eficaz e criativa no ensino é a utilização de fanzines. Fanzines são publicações feitas por entusiastas em um determinado tópico artístico, criadas de forma amadora, sem fins lucrativos e em pequenas quantidades. Seu propósito é permitir a livre expressão, compartilhar informações com outras pessoas, exercitar a criatividade, fazer críticas e promover obras de novos autores. O termo “fanzine” provém da combinação das palavras “fanatic” (fanático) e “magazine” (revista), representando uma revista feita por fãs (Magalhães, 2020).

No contexto educacional fanzines são pequenas publicações feitas de forma independente pelos alunos, nas quais eles têm a oportunidade de explorar tópicos estudados de maneira única e pessoal. Ao criar fanzines, os estudantes combinam elementos visuais, como ilustrações e diagramas, com textos explicativos, o que os incentiva a sintetizar e comunicar informações complexas de maneira acessível (Campos, 2009).

O fanzine tem um papel importante na educação, pois desperta a criatividade de pessoas, independentemente de sua formação ou profissão. Ele permite que tanto alunos/as quanto professores/as percebam que podem criar textos, imagens e estruturas, mesmo que simples, em um formato de revista personalizada. Isso os/as ajuda a reconhecer que são capazes de criar e

desenvolver ideias, o que pode ser uma experiência prazerosa que os levam a se conhecerem melhor e desenvolverem suas habilidades (Andraus, 2013).

De acordo com Pinto (2013), os fanzines representam uma vivência caracterizada pela paixão, criação, autenticidade, rebeldia, independência e desafio às convenções estabelecidas. Apesar de muitas práticas educacionais professarem um discurso de democracia, diálogo e participação, algumas delas ainda refletem, na prática, abordagens autoritárias e redutoras. Portanto, ao incorporar os fanzines ao ambiente escolar, é fundamental evitar que sejam desenvolvidos dentro de estruturas que limitam a criatividade e a capacidade de promover mudanças, o que contradiz a essência intrínseca do “espírito fanzineiro” (Pinto, 2013, p. 11).

Além disso, a produção dos fanzines envolve pesquisa, análise crítica e síntese de informações, auxiliando os alunos a aprofundar sua compreensão dos temas abordados. Essa abordagem não apenas promove a criatividade e o pensamento autônomo, mas também possibilita que os/as alunos/as compartilhem seus conhecimentos com colegas de maneira envolvente e estimulante. O processo de criação de fanzines no ensino de biologia amplia as possibilidades de aprendizado, proporcionando uma experiência educacional mais enriquecedora e memorável.

Um fanzine é uma ferramenta que possibilita aos autores aprimorar suas ideias, especialmente aquelas que frequentemente não encontram espaço ou ambiente adequado para serem expressas. Isso ocorre devido à influência do rigor excessivo e da abordagem científica cartesiana que tem prevalecido ao longo de anos de formação acadêmica, o que tem restringido a liberdade de expressão e prejudicado o desenvolvimento pessoal, especialmente no âmbito da expressão artística em geral. “Os fanzines, então, sob esse prisma das possibilidades, são imprescindíveis e importantíssimos catalisadores proeminentes (e agregadores fraternais) que precisam urgentemente ser adotados nas escolas e até nas universidades” (Andraus, 2013, p. 92).

Por um lado, o uso do fanzine permite que os/as alunos/as assumam um papel ativo no processo educativo, tornando-os mais engajados em projetos que gradualmente se tornam independentes. Por outro lado, ainda é necessário promover e discutir mais amplamente nas escolas as diversas maneiras pelas quais o fanzine pode ser utilizado como uma ferramenta de ensino. Para tanto, os/as educadores precisariam reconhecer o valor do fanzine na formação de valores éticos e estéticos, além de sua contribuição para o posicionamento social e político dos/as estudantes. O fanzine na sala de aula pode servir como uma ferramenta que expande horizontes, ajudando os/as alunos/as a analisar criticamente o ambiente ao seu redor (Nascimento, 2010).

No contexto da educação sexual voltada para a diversidade, a utilização de fanzines como metodologia ativa oferece uma estratégia inclusiva e empoderadora para abordar questões sensíveis e negligenciadas. Por meio da criação de fanzines, os/as alunos/as podem explorar uma variedade de temáticas relacionados à sexualidade, corpo, gênero e diversidade de identidade sexuais e de gênero. Essa abordagem permite que os/as estudantes compartilhem suas próprias perspectivas e experiências, ao mesmo tempo em que aprendem sobre as vivências de outras pessoas.

Conforme destacado por Morán (2015), é essencial que as abordagens pedagógicas estejam alinhadas com os objetivos desejados. Se o objetivo for promover a proatividade dos/as alunos/as, é necessário adotar estratégias de ensino que os/as envolvam em atividades progressivamente desafiadoras, nas quais sejam encorajados a “[...] tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes” (p. 17). Da mesma forma, se o foco for estimular a criatividade, os/as alunos/as precisam ter a oportunidade de explorar uma variedade de novas possibilidades para demonstrar sua iniciativa.

Os fanzines oferecem uma oportunidade para expressar opiniões, criar narrativas pessoais e apresentar informações factuais de maneira acessível e visualmente atraente. Além de fornecer informações precisas, a criação de fanzines no contexto da educação sexual diversificada promove a empatia, a compreensão mútua e o respeito pela pluralidade de identidades e orientações, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

No entanto, também é importante que o/a estudante adote uma abordagem mais participativa, abordando desafios e projetos como maneira de demonstrar seus saberes e aprendizados, possibilitando assim o envolvimento ativo do/a professor para apoiar o processo de construção do conhecimento (Almeida; Valente, 2011).

De acordo com Oliveira (2010), ao considerar o ato de ensinar como uma maneira de tornar o aprendizado dos/as estudantes mais acessível, o/a professor(a) passa a enxergá-los/as como indivíduos ativos e responsáveis por construir seu próprio conhecimento. Os/as alunos/as, por sua vez, passam a perceber o/a professor(a) como alguém que auxilia e facilita essa construção, em vez de alguém que simplesmente distribui o conhecimento.

Em suma, as metodologias ativas de ensino têm o poder de transformar a educação em uma experiência dinâmica e significativa. A abordagem criativa dos fanzines ilustra como a educação pode ser mais do que apenas a transmissão de informações; ela pode ser uma jornada de descoberta, reflexão e expressão pessoal. Reconhecemos o papel essencial dos/as educadores/as na facilitação desse processo, incentivando a autonomia dos/as alunos/as e promovendo um ambiente educacional inclusivo. No próximo tópico, abordaremos a

metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho, detalhando as etapas e abordagens adotadas para a implementação de fanzines como ferramenta de ensino.

#### 4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A metodologia deste trabalho adota uma abordagem de pesquisa qualitativa, com base em análise cultural e na problematização das narrativas. Isso envolve uma descrição e análise crítica de temas, imagens, símbolos e narrativas produzidas socioculturalmente sobre questões relacionadas a corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual. Para realizar uma análise dos fanzines criados pelos/as estudantes, explorando suas experiências com relação à educação sexual, bem como os efeitos da utilização de fanzines como ferramenta pedagógica.

A pesquisa bibliográfica possui um caráter exploratório para embasar teoricamente a investigação, abordando estudos pós-estruturalistas relacionados à diversidade sexual e de gênero, bem como educação sexual no ensino de biologia.

Os/as participantes dessa pesquisa foram constituídos por uma turma de primeiro ano do ensino médio de uma escola pública Estadual selecionada em Sergipe. Os/as participantes foram escolhidos por conveniência, levando em consideração a disponibilidade da turma, a anuência e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos/as responsáveis para participação na pesquisa.

O desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado em três etapas distintas. Na primeira etapa, com duração de uma hora aula, foi conduzida uma apresentação e discussão sobre os principais conceitos da Educação Sexual junto aos/as estudantes da turma. Essa abordagem se baseou em slides produzidos no projeto mais abrangente "Educação Sexual nos Currículos Escolar e Acadêmico" da Universidade Federal do Cariri (UFCA), coordenado pela pesquisadora Elaine de Jesus Souza e previamente aprovado pelo Comitê de Ética<sup>1</sup>.

A segunda etapa envolveu a produção dos fanzines pelos/as alunos/as e teve a duração de duas horas aula. Para isso, foram fornecidas revistas aleatórias para recorte e colagem, canetinhas coloridas, lápis de cor, tesoura, cola e folhas de papel A4. Ao todo, 25 alunos/as concordaram em participar da pesquisa, e esses foram divididos em quatro grupos, sendo que

---

<sup>1</sup> O CEP da faculdade de Medicina da Universidade Federal X aprovou o projeto de pesquisa intitulado "*Educação Sexual, sexualidade e gênero na escola em uma perspectiva sociocultural*", cujo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética/CAAE é 21861219 0 0000 5698 com número de parecer 3.672.498.

cada grupo ficou responsável por uma das seguintes temáticas: corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual. Cada equipe teve a liberdade de escolher a temática que preferia explorar na criação de seus fanzines. Essa abordagem permitiu que os alunos participassem ativamente da pesquisa, expressando suas perspectivas e conhecimentos por meio de suas produções.

Durante a terceira etapa, foi realizada a apresentação dos fanzines produzidos. Apesar da etapa ter sido planejada para uma hora aula, por ter sido realizada no último horário da turma, a maioria dos/as estudantes já havia ido embora. Os/as poucos/as alunos/as que restaram apresentaram o que foi criado de forma rápida, explicando oralmente os significados das ilustrações e textos apresentados nas revistas. Não houve apresentação do fanzine do grupo da temática de sexualidade, pois não havia nenhum membro presente.

Para a problematização dos fanzines, utilizo a análise cultural que constitui um modo de descrever esse artefato de forma atenta e detalhada, pois esse processo descritivo permite visualizar aspectos importantes acerca das ferramentas conceituais da Educação Sexual (sexualidade, corpo e gênero, diversidade sexual), indicando as múltiplas relações, representações e os sentidos produzidos a partir das pedagogias culturais (Meyer, 2008; Wortmann, 2007). Essa análise permite a valorização de experiências cotidianas, reconhecendo a cultura como uma instância educativa que ultrapassa os limites do ambiente escolar. Ao empregar a análise cultural é necessário atentar ao modo em que os discursos são construídos, (re)produzindo visões do mundo sociocultural e como indivíduos são posicionados nas relações de poder (Wortmann, 2007).

Silva (2015, p.134) explica que “a análise cultural parte da concepção de que o mundo cultural e social torna-se, na interação social, naturalizado: sua origem social é esquecida. A tarefa da análise cultural consiste em desconstruir, em expor esse processo de naturalização”.

A pesquisa foi conduzida de acordo com as diretrizes éticas e legais aplicáveis, incluindo a obtenção de consentimento informado dos/as participantes e a garantia de anonimato e confidencialidade.

## **5 PRODUÇÃO E ANÁLISE CULTURAL DE FANZINES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL**

Neste capítulo exploraremos as narrativas que emergiram das expressões artísticas presentes nos fanzines construídos pelos/as alunos/as, buscando compreender como eles/as representam e reinterpretem questões relacionadas à Educação Sexual, a partir de conexões com

os conceitos embasados nos estudos culturais. À medida que mergulhamos nas páginas desses fanzines, iremos analisar discursos com seus enunciados e significados que emergem, considerando como eles são moldados por contextos culturais mais amplos. Dessa forma, buscaremos não apenas entender as visões dos/as alunos/as sobre algumas temáticas da Educação Sexual, mas também contextualizá-las dentro de um quadro de referência mais abrangente, por meio da problematização dessas narrativas e suas implicações. Para isso, dividiremos a discussão em duas categorias analíticas, a serem abordadas a seguir:

### **5.1 Temáticas da Educação Sexual: imagens e conceitos**

Ao longo desta categoria iremos comentar sobre a maneira como as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual foram tratadas durante o diálogo sobre Educação Sexual em sala de aula. Em seguida, faremos a análise cultural dos fanzines que foram produzidos em relação às respectivas temáticas.

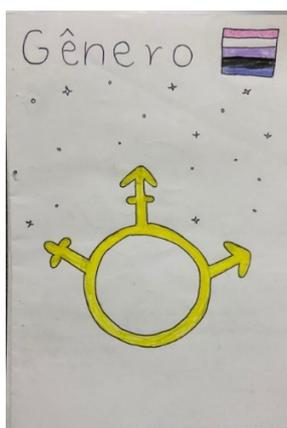
Numa Educação Sexual “além do biológico”, o conceito de gênero não se limita a dicotomia masculino e feminino. Ele inclui o ensino sobre identidades de gênero não-binárias e transgêneros, destacando que as pessoas podem se identificar de maneira diferente do que tradicionalmente se espera com base em sua anatomia. Além disso, ao abordar gênero, a Educação Sexual visa desafiar estereótipos prejudiciais, promovendo o reconhecimento das múltiplas expressões e vivências de identidades/diferenças. Isso também envolve o enfrentamento das questões de sexismo e machismo que permeiam o conceito de gênero na sociedade (Souza, 2018).

Ao discutir sobre desigualdades de gênero com a turma, questioneei se alguém percebia algum comportamento e/ou atitude das pessoas que perpetuasse as desigualdades de gênero, e uma aluna se manifestou, mencionando como as tarefas domésticas são automaticamente associadas às mulheres: *“Eu morava com meu irmão e ele era muito de ‘ah, tem 3 mulheres dentro de casa, vocês que tem que fazer as coisas dentro de casa, eu chego cansado do trabalho’ não fazia nada.” (Aluna X, 01/09/2023)*

Tal enunciado evidencia o quanto ainda hoje em pleno século XXI muitas pessoas acreditam em estereótipos de gênero e como isso faz com que as mulheres continuem sendo sobrecarregadas com tarefas domésticas. Carneiro e Cordeiro et al. (2015, p. 271) explicam que

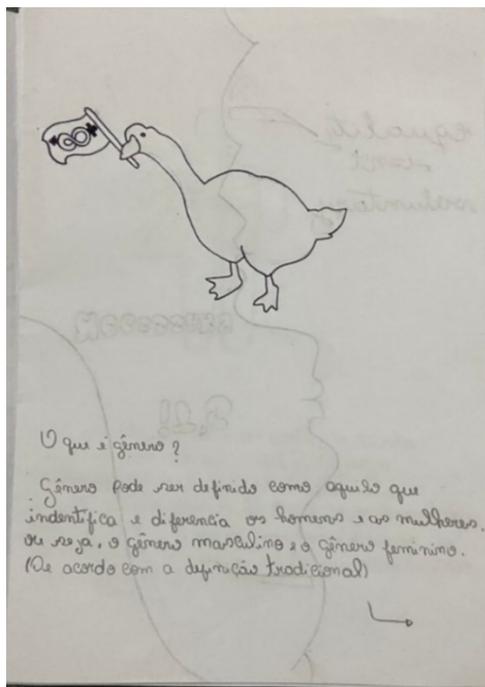
“A divisão sexual do trabalho está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres.” De acordo com as autoras, essa divisão também se refere à maneira como as responsabilidades no trabalho e em casa são distribuídas de forma desigual entre homens e mulheres. Essa visão tradicional dos papéis de gênero faz com que a identidade da mulher seja sempre associada à função de cuidar da família, enquanto a identidade do homem está ligada à de provedor. Isso pode criar conflitos e desigualdades nas responsabilidades e oportunidades das pessoas com base em seu gênero, considerando que essa forma de divisão “[...] tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, ou seja, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, que preconiza que o trabalho masculino ‘vale’ mais que o trabalho feminino.” (Carneiro; Cordeiro et al., 2015, p. 271).]

**Imagem 1:** Fanzine sobre Gênero



Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Na ilustração acima, os/as estudantes escolheram representar o símbolo transgênero no centro da capa do fanzine, que é composto pela fusão dos símbolos de gênero masculino e feminino, além do símbolo híbrido. Na parte superior direita, eles/as incluíram a bandeira do orgulho de gênero fluido. Em termos de definição, o grupo abordou o conceito de gênero da seguinte maneira:

**Imagem 2:** Fanzine sobre Gênero

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

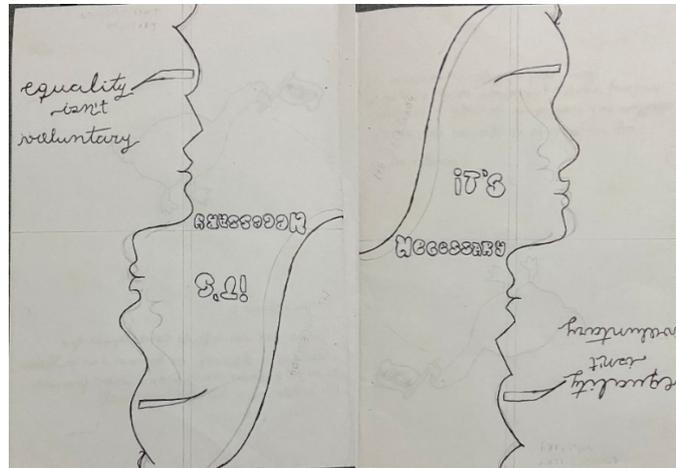
Ao questionar sobre o significado do desenho presente na imagem, um participante do grupo explicou que era o símbolo do gênero masculino e feminino, com o infinito representando a igualdade. Na página seguinte foi desenhada, segundo o grupo, a silhueta de um homem e de uma mulher, com frases em inglês que são traduzidas para: “igualdade não é voluntária” “é necessária”.

Souza e Rocha (2022, p. 16) explicam que o feminismo é um movimento que luta pela igualdade de gênero, questionando “[...] as posições desiguais nos espaços sociais, que estão presentes de forma velada na sociedade.” As autoras pontuam que a ocupação das mulheres em posições políticas e em cargos de chefia são dois aspectos de avanço do feminismo.

Para Zanatta et al. (2016, p. 2) “Os direitos sexuais e reprodutivos, que visam à promoção da igualdade de gênero e saúde da mulher, têm sido uma das conquistas mais árduas no cenário internacional nos últimos tempos.” Porém, segundo os/as autores/as, apesar da laicidade do Estado, esses direitos encontram-se ameaçados por representantes de partidos que se autodenominam conservadores e baseados em valores religiosos usam argumentos em “defesa da família” tradicional, que muitas vezes promovem a misoginia, homofobia e intolerância de gênero. “O conservadorismo político e o fundamentalismo religioso são

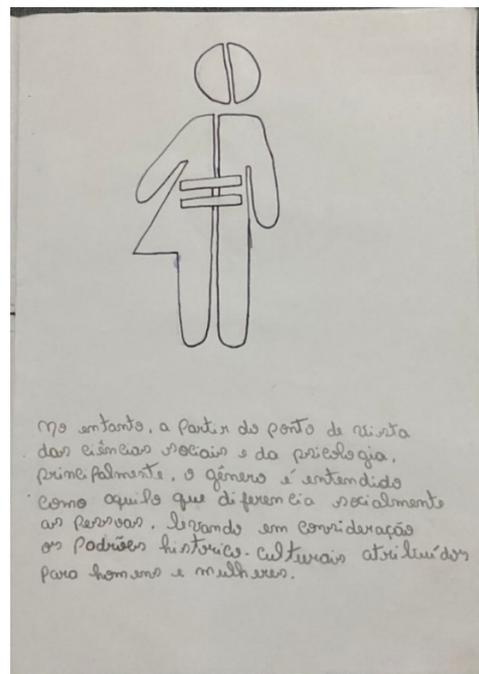
desestabilizadores do sistema democrático que fundamenta a saúde coletiva e interfere em direitos civis e de cidadania.”

**Imagem 3:** Fanzine sobre Gênero



Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

**Imagem 4:** Fanzine sobre Gênero



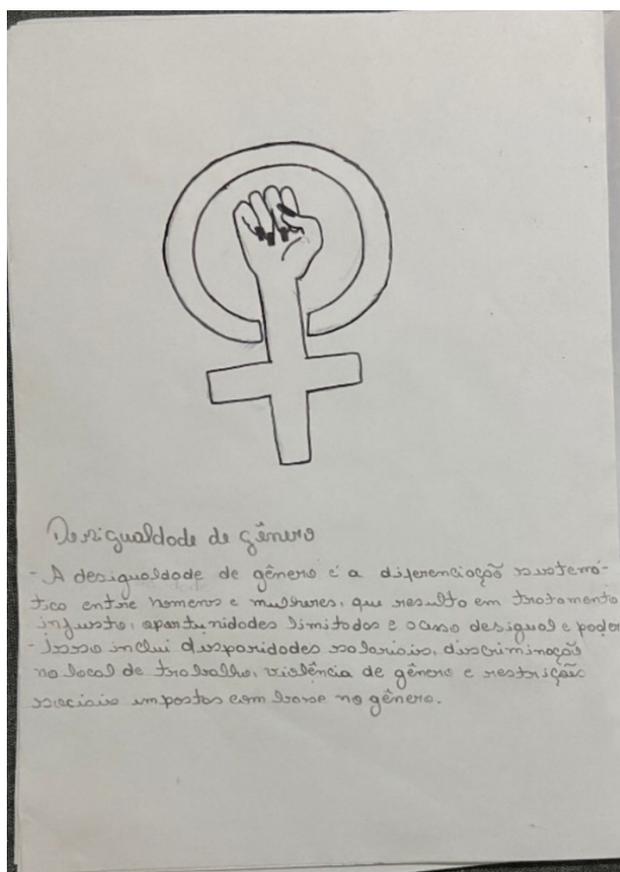
Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Na imagem apresentada acima, o grupo ilustra um desenho simbolizando a igualdade entre os gêneros e, em seguida, oferece uma definição de gênero como “aquilo que diferencia socialmente as pessoas”.

Para Scott (2005, p. 15) “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração.”

É fundamental reconhecer que igualdade de gênero não significa simplesmente tratar homens e mulheres de maneira idêntica em todas as circunstâncias. Ela implica reconhecer e enfrentar as desigualdades históricas e sistemáticas que afetaram as mulheres e outros grupos marginalizados ao longo do tempo (Scott, 2005). Enquanto a igualdade de gênero é uma aspiração, uma abordagem simplista pode ignorar a complexidade das desigualdades de gênero. Portanto, devemos buscar uma igualdade substantiva, ou seja, uma igualdade que se concentra não apenas na igualdade perante a lei ou em oportunidades iguais, mas também na igualdade de resultados ou condições de vida, minimizando as desigualdades socioeconômicas. Alves (2016, p. 630-631) informa que “[...] para garantir a igualdade substantiva, é preciso atuar em três esferas inter-relacionadas: a erradicação das desvantagens socioeconômicas das mulheres; a luta contra os estereótipos, os estigmas e a violência; e o fortalecimento do poder de ação, de voz e de participação das mulheres.”

Para que haja o combate às consequências negativas da divisão sexual do trabalho “O desenho das políticas públicas deve levar em conta os estereótipos e a violência de gênero, buscando reduzir os riscos que afetam as populações não masculinas.” (Alves, 2016, p. 634). De acordo com o autor, isso deve envolver os serviços sociais que visam reduzir a pobreza, melhorar o acesso à educação e à saúde, promover a igualdade de gênero, levando em consideração “[...] as necessidades específicas das mulheres e das crianças, além de garantir o poder de ação, de voz e de participação das mulheres na elaboração e execução das políticas públicas.” (Alves, 2016, p. 634).

**Imagem 5:** Fanzine sobre Gênero

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Ao escrever sobre desigualdade de gênero, o grupo faz um desenho do símbolo do feminismo, seguido por um texto que conceitua o que é desigualdade de gênero. É importante enfatizar que, para que sejam combatidas, as raízes dessas desigualdades devem ser levadas em consideração, e discussões sobre a violência de gênero, as restrições aos direitos reprodutivos, estereótipos de gênero e interseção do sexismo com o racismo devem ser realizadas. Nesse sentido:

[...] o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 2).

**Imagem 6:** Fanzine sobre Gênero

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Na última página do fanzine, o grupo desenha a imagem de uma pessoa transgênero, porém não adentra em definições nem discussões sobre transgeneridade. Apesar da discussão sobre gênero ser limitada às divisões binárias cisnormativas entre masculino e feminino, as ilustrações a respeito da transgeneridade revelam uma importância em abordar questões de gênero em sala de aula através de um discurso mais aprofundado, que inclua essas identidades.

Jesus (2012) conceitua “transgênero” como um termo “guarda-chuva” utilizado para descrever pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído a elas no nascimento. Enquanto que o termo “cisgênero” é usado para descrever pessoas cuja identidade de gênero está alinhada com o sexo atribuído a elas no momento de nascimento. Alguns exemplos de identidades transgênero incluem mulheres transgênero (aquelas designadas como “masculinas” ao nascer, mas que se identificam como mulheres), homens transgênero (designados como “femininos” ao nascer, mas que se identificam como homens), não-binários (que não se identificam estritamente como homens ou mulheres), pessoas de gênero fluido (cuja identidade de gênero pode variar com o tempo) e muitas outras variações.

Para Nascimento (2021) o transfeminismo, também chamado de feminismo transgênero, oferece diferentes teorizações dentro do feminismo, visto que as vivências de mulheres transexuais e travestis, assim como de pessoas incluídas em feminilidades não binárias, são marcadas por desafios e demandas distintos às das mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais, de classe média, magra e sem deficiências. A autora percebe a interseccionalidade como uma categoria essencial para uma compreensão mais abrangente das experiências femininas, onde diversas formas de opressão se entrelaçam.

Jesus et al. (2014, p. 27) argumenta que a “[...] natureza da ideia de que o gênero seja natural, dado, biológico, factual” tem como consequência “a noção de que pessoas trans são anormais, senão doentes [...]”. Nessa perspectiva, Ribeiro e Silveira (2020, p. 71) apontam que “o processo de identificação dos sujeitos em gêneros binários seria o produtor de segregação. A saída seria eliminar a norma que discrimina os sexos, propondo uma múltipla identificação, na qual os sujeitos seriam capazes de caminhar por diversas performatividades.”

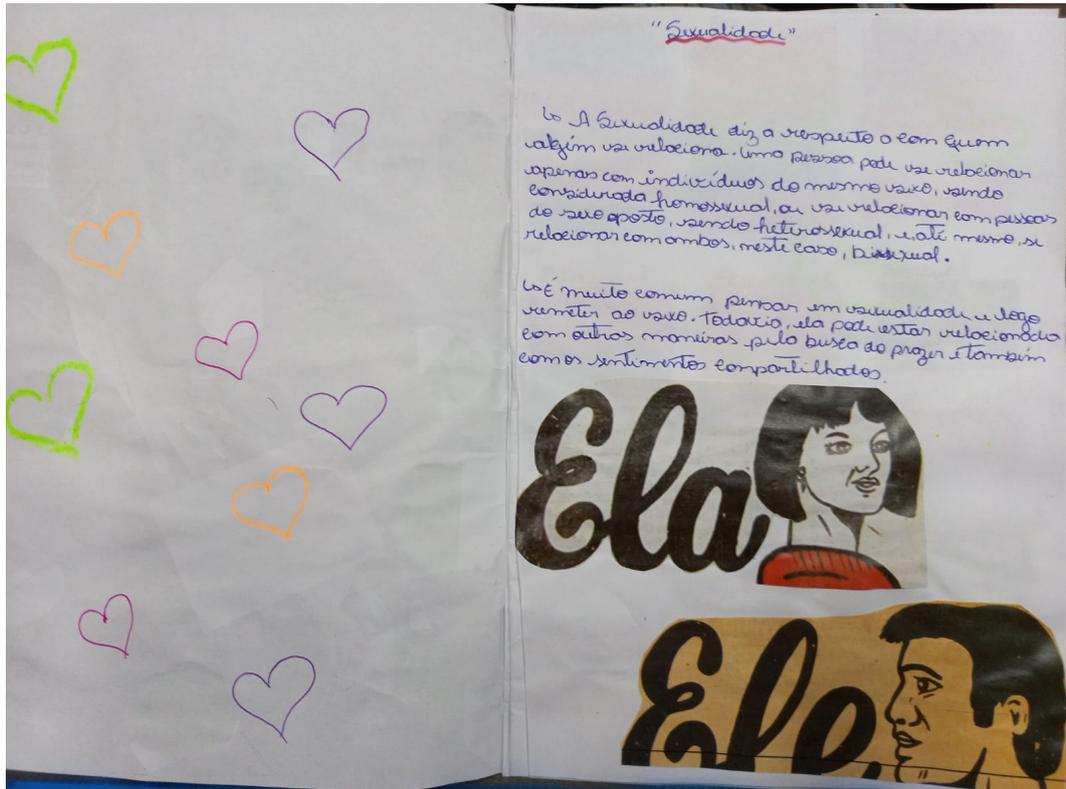
O conceito de sexualidade na educação sexual inclusiva é abordado de maneira abrangente, considerando que a sexualidade não se limita apenas aos aspectos físicos, mas é uma parte integral da experiência humana. Isso envolve não apenas a biologia da reprodução e os sistemas sexuais, mas também aspectos emocionais, sociais e culturais da sexualidade.

**Imagem 7:** Fanzine sobre Sexualidade



Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Na ilustração acima, a capa do fanzine sobre a temática de sexualidade é representada pela colagem de mãos ao redor de um desenho da bandeira do arco-íris, conhecida também como a bandeira do orgulho LGBTQIA+. O grupo conceitua sexualidade da seguinte forma:

**Imagem 8:** Fanzine sobre Sexualidade

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

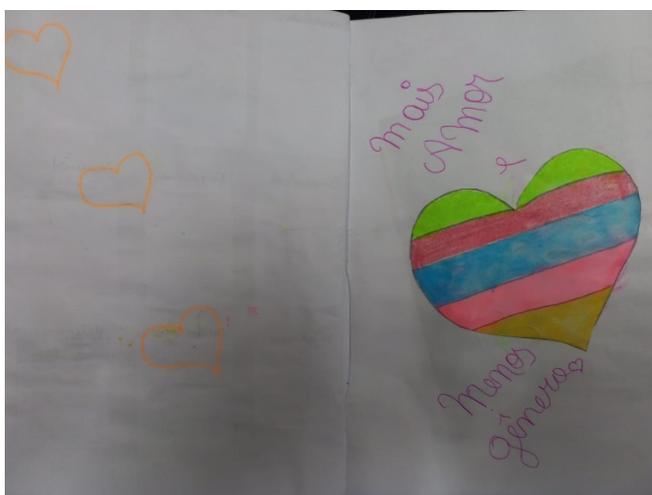
O texto é seguido pela colagem de imagens de uma mulher e de um homem, representados respectivamente pelos pronomes Ela e Ele, porém as imagens encontram-se ausentes de contextualização com o tema. Na página seguinte, o grupo desenha diversas bandeiras:

**Imagem 9:** Fanzine sobre Sexualidade

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

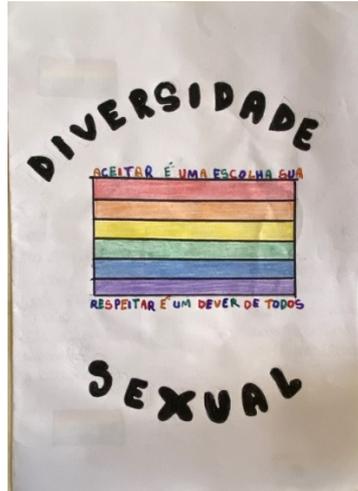
Embora o tema central do fanzine seja sexualidade, o grupo não estabelece uma distinção clara entre identidade de gênero e orientação sexual, que são conceitos diferentes. É importante reconhecer que as pessoas têm diferentes formas de expressar sua sexualidade, e essa diversidade deve ser compreendida, respeitada, porém é incoerente resumir a sexualidade de forma tão essencialista. Posto, que os/as estudantes geralmente não aprendem tais conceitos na escola e muito menos com a família, embora existam informações disponíveis na internet não conseguem suprir a carência de uma Educação Sexual na escola desenvolvida de modo contínuo e sistemático.

**Imagem 10:** Fanzine sobre Sexualidade



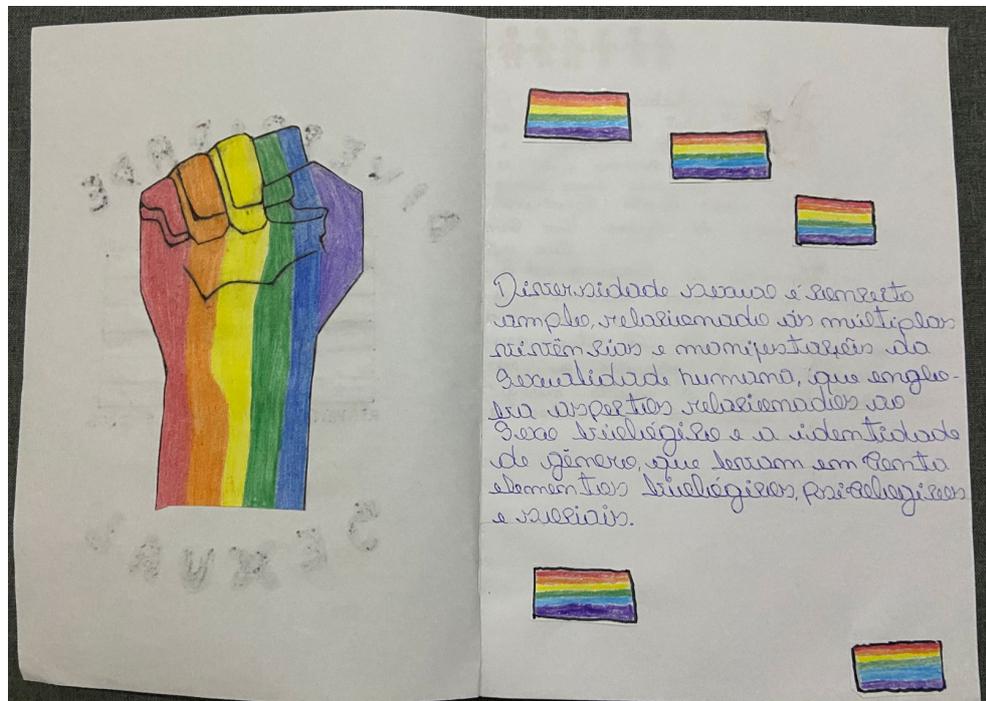
Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

A revista se encerra com desenhos de coração, palavras como “amor”, “caráter” e frases genéricas. Porém, cabe problematizar que a sexualidade ultrapassa o discurso de amor romântico e do caráter de uma pessoa, visto que não reflete a complexidade da experiência humana, justamente porque abrange uma gama muito mais ampla de aspectos. Assim, “[...] ao estudar historicamente a sexualidade do ponto de vista da experiência, Foucault aponta diretamente contra qualquer realismo ou essencialismo do eu, da pessoa humana ou do sujeito.” (Larrosa, 2011, p. 42). Portanto, a diversidade sexual e a sexualidade são conceitos interligados, mas têm focos distintos. Cabe ressaltar que a diversidade sexual abrange múltiplas formas de vivenciar as sexualidades a partir de distintas identidades sexuais (assexuais, heterossexuais, homossexuais, bissexuais) e identidades de gênero (transgêneros/travestis, transexuais, não binários/agêneros...) (Souza, 2015).

**Imagem 11:** Fanzine sobre Diversidade Sexual

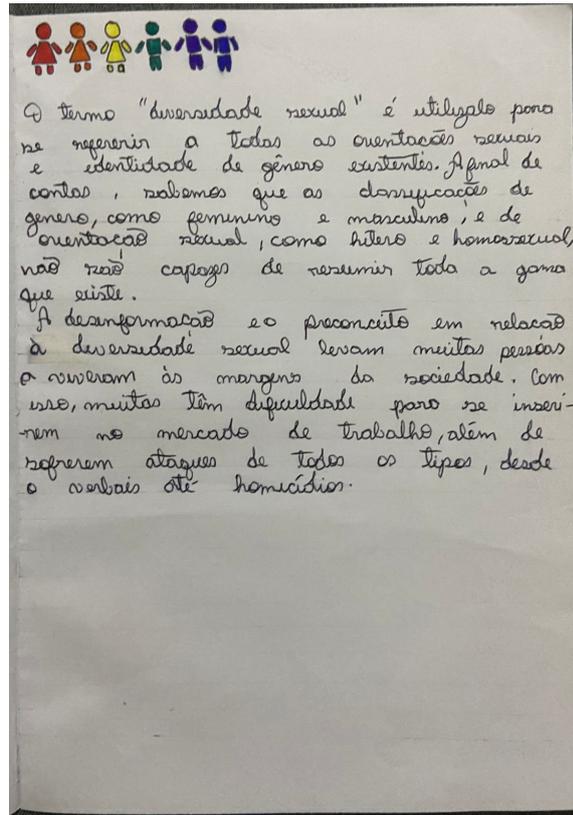
Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Ao abordar a temática de diversidade sexual, o grupo desenhou a bandeira do orgulho LGBTQIA+ na capa, juntamente à frase: “Aceitar é uma escolha sua, respeitar é um dever de todos”. Em seguida, conceituou diversidade sexual da seguinte forma:

**Imagem 12:** Fanzine sobre Diversidade Sexual

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

**Imagem 13:** Fanzine sobre Diversidade Sexual



Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Apesar de reconhecerem que a diversidade sexual se refere a todas as identidades sexuais e de gênero existentes, o grupo se limita ao referenciá-las. A contextualização do tema é muito pequena, e as representações visuais resumem-se a ilustrações de arco-íris, justamente em decorrência da carência de (in)formações sobre essa temática na escola.

**Imagem 14:** Conceito de Diversidade Sexual



Fonte: Equipe do Projeto de Extensão sobre Educação Sexual

Ao apresentar a tirinha acima aos/às alunos/as, solicitei que a observassem, pedindo-lhes que compartilhassem suas interpretações. Embora o conteúdo da tirinha esteja ligado à orientação sexual, alguns estudantes a interpretaram como algo relacionado à identidade de gênero.

A orientação sexual é um aspecto da identidade sexual de uma pessoa que se refere aos padrões de atração emocional, romântica e/ou sexual que alguém sente em relação a outras pessoas. Ela abrange a atração por pessoas do mesmo sexo (homossexualidade), do sexo oposto (heterossexualidade) ou de ambos os sexos (bissexualidade), bem como outras formas de orientação sexual, como a assexualidade (ausência de atração sexual) e a pansexualidade (atração independentemente do gênero) (Jesus, 2012).

Já a identidade de gênero é o profundo senso interno e pessoal que uma pessoa tem em relação ao seu próprio gênero, que pode ser masculino, feminino, uma combinação de ambos, nenhum dos dois, ou algo completamente diferente. É uma parte essencial da identidade de uma pessoa e influencia como ela se vê e se identifica no espectro de gênero (Jesus, 2012).

A mistura dos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero é um problema comum e pode surgir devido à falta de compreensão e informação sobre o assunto. As confusões também ocorrem frequentemente devido a estereótipos tradicionais de gênero e mitos sexuais, que segundo Furlani (2009, p. 19) “são reforçados pela falta de informação científica básica permitindo que o senso comum prevaleça e determine “verdades” balizadoras das práticas sexuais dos indivíduos”.

Acerca da tirinha, um aluno, que chamaremos de W, comentou:

*“A criança tá escolhendo, é... trocar de gênero, também não dá a mínima” (01/09/2023)*

Outra aluna, que será identificada como X, iniciou o seguinte diálogo:

*“Na verdade, tá sendo normalizado a criança... escolher o próprio gênero. Tipo, é... Ai, filho, pode escolher se você quiser usar um vestidinho e ser menina pode colocar [...] por falta de senso dos pais, minha opinião né.”*

O medo familiar em relação à “ideologia de gênero”, de acordo com Souza (2018), pode levar a pressões sobre os/as professores/as e alunos/as à não abordagem das questões relacionadas à diversidade sexual, com o objetivo de “fundar uma teoria sobre gênero e sexualidade que carece de evidências, consistindo em narrativa religiosa antidemocrática e, portanto, fundamentalista.” (Lionço, 2014, p. 5).

*X complementa: “Tipo assim, na minha opinião as coisas tão virando modinha. Tipo, há um tempo atrás... dois mil e... não se via tantas crianças assim ‘ah, vou virar um gay, né, porque eu vi, só porque minha mãe falou que era normal’. Agora tem até criança de 6 anos querendo mudar de gênero.”*

Informei que possuía visões diferentes, mas que achava importante conhecer os pontos de vista da turma. Logo após, conceituei o que era homofobia, que de acordo com Lionço e Diniz (2009b, p. 52) pode ser definida como “[...] uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e do feminino.” A homofobia assume várias formas na sociedade, indo desde atos violentos, como agressões físicas e a negação de direitos sociais, até a exclusão e rejeição de pessoas que não seguem a orientação sexual heterossexual.

A homofobia ocorre sempre que ações, palavras ou decisões prejudicam o reconhecimento igualitário dos direitos humanos e liberdades fundamentais de pessoas LGBTQIA+. Isso acontece independentemente de a discriminação ser intencional ou não. Portanto, a discriminação homofóbica pode ocorrer quando alguém é tratado injustamente por causa de sua orientação sexual, mesmo que não seja a intenção do agressor. É importante analisar tanto a discriminação direta, que é intencional, quanto a discriminação indireta, que ocorre sem intenção, pois ambas são prejudiciais (Rios, 2009).

Combater a homofobia significa questionar a ideia de que relacionamentos heterossexuais são os únicos aceitáveis. Junqueira (2009) sugere duas abordagens para lidar com a homofobia: uma mais radical, que busca a completa superação da heterossexualidade como norma, e outra mais moderada, que procura promover uma maior aceitação e respeito pela diversidade sexual.

A aluna X manifestou-se novamente: *“Professora, posso falar uma coisa? As pessoas normalmente confundem muito, é... a homofobia, com uma pessoa não elogiar, não concordar, assim, pessoas como eu, por exemplo, a criança se assumir... com 6 anos na igreja..., mas as pessoas as vezes acham que é homofobia, mas não! As vezes você só quer que a pessoa tenha na cabeça de que nem as pessoas são assim, e que foi proibido.”*

Joguei a discussão para a turma, perguntando se eles concordavam que isso era questão de “modinha”.

A aluna X complementou: *“Não é modinha, é falta de ensinamento correto.”*

Outra aluna, que chamaremos de Z, falou: *“Na verdade eu acho que criança não tem sexualidade, né. Criança é criança.”*

Expliquei que a questão que eu queria abordar era a liberdade de expressão e o respeito, não a imposição de normas de gênero e sexualidade desde à infância, reconhecendo que a função primordial da educação sexual é “[...] desestabilizar as ‘verdade únicas’, os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção” (Louro; Felipe; Goellner, 2003, p. 69). Em seguida, a educação sexual busca apresentar as diversas manifestações da sexualidade que existem na sociedade, cultura e vida política, destacando como essas manifestações são interpretadas e como impactam a vida das pessoas, gerando assim uma abordagem crítica.

X diz: *“Mas os pais tem que tá ensinando o que é, tipo, se você for por esse caminho, você vai passar por isso, isso e isso. Mas se você for por esse você vai passar também por isso, isso e isso. Ambos lados tem suas dificuldades, mas, tá no seu direito de escolher esse caminho, ou esse caminho. Você vai ver lá na frente, mas agora você tenha paciência, seja criança e lá na frente você decide.”*

Um aluno, que chamaremos de B, fala: *“Tem que dizer que a sociedade não vai aceitar, mas dar apoio.”*

X: *“Professora, é por isso que tem muitas crianças perdidas [...]”*

Esse diálogo evidencia como as expectativas de gênero são altamente padronizadas, com pressões significativas sobre as crianças para que se conformem a papéis tradicionais de gênero. Isso pode incluir a promoção de brinquedos, roupas e atividades específicas com base no sexo da criança, bem como a desencorajamento de comportamentos que não se encaixem nos estereótipos de gênero, enfatizando a heterossexualidade como a orientação sexual “correta” (Bello, 2006).

Essa outra manifestação da homofobia, que é mais sutil e tem caráter social, tem suas raízes na atitude de desdém inerente à forma convencional de temer e rotular o outro. “Se a homofobia afetiva (psicológica) se caracteriza pela condenação da homossexualidade, a homofobia cognitiva (social) pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hetero, pregando a tolerância, uma clemência policiada dos ortodoxos para com os hereges” (Borrilo, 2009, p. 20). Nesse último cenário, não ocorre uma rejeição direta aos homossexuais; no

entanto, a falta de igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais passa despercebida.

Souza (2015, p. 30) ressalta que “[...] é necessário combater a homofobia em todas as formas” pois, de acordo com a autora, as manifestações não intencionais como “as violências não físicas que são perpetradas contra a diversidade sexual através de provocações, zombarias, silenciamentos, exclusões [...]” desempenham um papel fundamental nas práticas homofóbicas que levam à morte.

Muitas vezes, essas formas de discriminação são sutis e psicologicamente prejudiciais, mas podem ter consequências devastadoras. Quando indivíduos são alvo de provocações ou zombarias devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero, isso cria um ambiente hostil que pode afetar profundamente sua autoestima e bem-estar emocional.

O silenciamento e a exclusão social podem fazer com que pessoas LGBTQIA+ se sintam marginalizadas e isoladas, o que pode levar a problemas de saúde mental, evasão escolar, depressão e até mesmo suicídio.

Para o campo educacional, a afirmação desses grupos é profundamente perturbadora. Não dispomos de referências ou de tradições para lidar com os desafios aí implicados. Não podemos mais simplesmente “encaminhá-los” para os serviços de orientação psicológica para que sejam corrigidos, nem podemos aplicar-lhes um sermão para que sejam reconduzidos ao “bom caminho”. Mas, certamente, é impossível continuar ignorando-se (Louro, 2007, p. 49-50).

Louro (1999) destaca a escola como um dos ambientes mais desafiadores para que uma pessoa homossexual ou bissexual revele sua orientação sexual. Ela argumenta que, devido à suposição de que o desejo sexual é exclusivamente heterossexual e natural a todos, a escola tende a negar e ignorar a existência da homossexualidade. Essa negação pode ocorrer porque a escola, em sua maioria, não aborda adequadamente a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero em seus currículos ou discussões.

Em conclusão, as falas dos alunos e alunas, muitas vezes enraizadas em um currículo conteudista, revelam a influência de abordagens prescritivas que podem limitar o entendimento das questões da Educação Sexual. No entanto, os fanzines criados por esses/as estudantes e sua expressão artística demonstram uma poderosa ferramenta para abordar as complexas temáticas da Educação Sexual na sala de aula. As imagens e manifestações artísticas contidas nesses fanzines têm o potencial de transcender as barreiras da linguagem, permitindo a representação

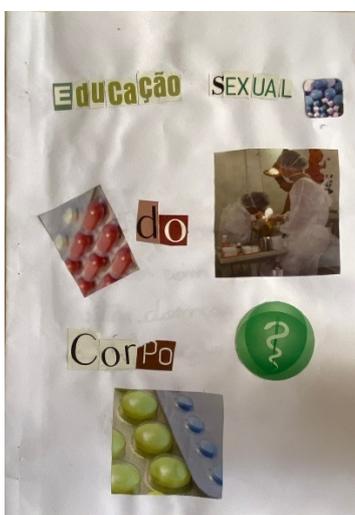
de questões profundas e muitas vezes subjetivas que não podem ser plenamente exploradas somente através de textos e palavras. Essa abordagem artística oferece uma oportunidade para envolver os/as estudantes de maneira mais aberta, possibilitando uma compreensão mais inclusiva das experiências relacionadas à sexualidade e identidade de gênero. No tópico a seguir, discutiremos um pouco sobre a visão higienista de corpo no ensino de Biologia.

## 5.2 Educação Sexual biologicista: problematizações e desconstruções

Na perspectiva da educação sexual o corpo é considerado um ponto central para a exploração e compreensão das diversas dimensões da sexualidade humana, indo além de sua dimensão biológica. Porém, ao abordarem a temática de “corpo” os/as estudantes focaram apenas no aspecto da saúde sexual. Apesar de ser parte integrante da educação sexual, o corpo não se resume a isso. Discutiremos mais acerca da visão de corpo num aspecto biologicista no decorrer desta categoria analítica.

A visão de corpo sob uma abordagem biologicista é aquela que entende o corpo humano principalmente em termos de suas características físicas e biológicas. Nesse contexto, o corpo é visto como uma máquina biológica, com ênfase em aspectos como anatomia, fisiologia e funções reprodutivas. Essa perspectiva tende a simplificar a compreensão do corpo humano, deixando de lado suas dimensões emocionais, sociais e culturais (Souza, 2018).

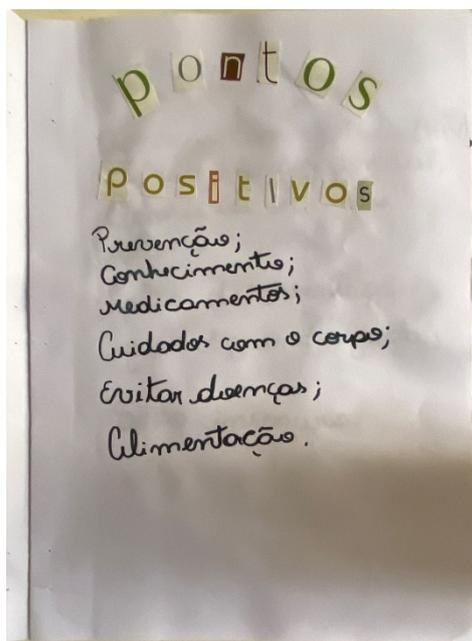
**Imagem 15:** Fanzine sobre Corpo



Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

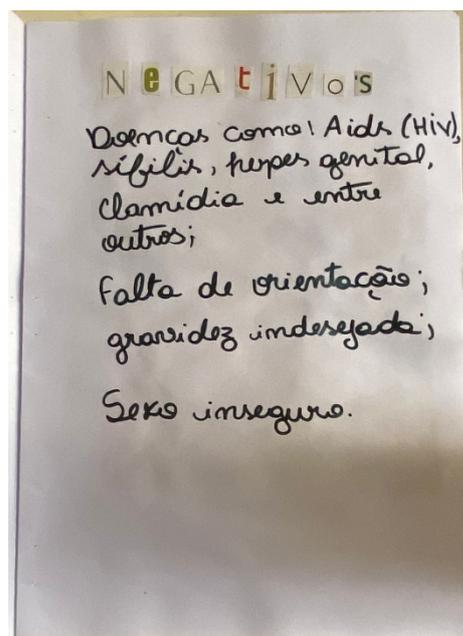
Apesar da temática atribuída ao grupo ter sido “corpo”, os/as estudantes intitularam o fanzine como “Educação Sexual do Corpo”, acrescentando colagens de comprimidos, do símbolo da medicina e de médicos na capa. O grupo não conceituou o que é corpo, partindo diretamente para a descrição dos “pontos positivos” do que eles consideram como educação sexual do corpo:

**Imagem 16:** Fanzine sobre Corpo



Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Em seguida, de acordo com o que foi explicado oralmente, o grupo escreveu os pontos “negativos” da ausência de uma educação sexual do corpo:

**Imagem 17:** Fanzine sobre Corpo

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Nas demais páginas, novamente, é feita a colagem de uma imagem de comprimidos, do símbolo da medicina, de médicos e de instrumentos relacionados a práticas cirúrgicas. No contexto das problemáticas do modo higienista de abordar o corpo, essa perspectiva é crítica, pois, como citado anteriormente, tende a simplificar o corpo como uma máquina biológica a ser otimizada.

**Imagem 18:** Fanzine sobre Corpo

Fonte: Estudantes do 1ºAno/EM, 05/09/2023

Goellner (2013) enfatiza que, em oposição a uma visão puramente naturalista, as dimensões culturais e sociais da corporeidade devem ser consideradas. Ao mesmo tempo, reconhece que pensar no corpo como um produto da cultura é desafiador porque contradiz uma visão naturalista, mas é necessário para compreendermos que o corpo humano é uma construção histórica e cultural, sujeita a mudanças ao longo do tempo.

A abordagem binária de saúde/doença tende a simplificar uma realidade complexa, enxergando a saúde e a doença como conceitos opostos e mutuamente exclusivos. Problematicar essa abordagem significa reconhecer que a saúde e a doença não são estados fixos, mas sim um contínuo que abrange estados intermediários. As pessoas podem experimentar diferentes níveis de saúde e bem-estar ao longo de suas vidas, e isso pode variar de acordo com fatores físicos, emocionais, sociais e culturais (Corrêa; Alves; Jannuzzi, 2006).

Além disso, a abordagem binária muitas vezes estigmatiza as pessoas que vivem com condições crônicas ou incapacidades, considerando-as apenas como “doentes”, o que pode prejudicar sua qualidade de vida e inclusão na sociedade.

Duarte (2007, p. 20) explica que “A apropriação do corpo como um espaço de saber médico confere à medicina uma voz de autoridade, justificada pelo saber científico e legitimada pelo Estado”, utilizando-se da medicalização dos corpos para dizer se as pessoas são “normais” ou “anormais” e em que grau. Na nossa sociedade, as palavras dos médicos têm muito poder sobre o nosso corpo e sexualidade. Além de dizer se estamos dentro de um padrão de normalidade, a medicina também tenta resolver os problemas que encontra com os diagnósticos que faz. Dessa forma, “os saberes biomédicos identificam a prática médica como um espaço de disciplinamento e cura do corpo desviante, exercendo também, um papel decisivo no processo de controle e reprodução social.”

É essencial compreender que a educação sexual não consiste em um conjunto de informações médico-biológicas, nem terapêutico-descompressivas. É formar a pessoa inteira para uma vivência gratificante e responsável de sua inalienável capacidade humana de desejar e ser desejado, amar e ser amado (Nunes, Silva, 2000, p. 120).

Portanto, a Educação Sexual deve ser vista como uma oportunidade de possibilitar que indivíduos construam uma vivência plena e informada sobre seus corpos, gêneros e suas sexualidades. Uma visão mais aberta sobre a Educação Sexual reconhece a complexidade da experiência humana, considerando não apenas a ausência de doença, mas também o bem-estar físico, mental e social como componentes interconectados com saúde em um sentido abrangente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa constatou-se que os/as alunos/as do Ensino Médio podem enfrentar dificuldades ao contextualizar as temáticas de corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual devido a vários fatores. Primeiramente, a falta de uma Educação Sexual abrangente e inclusiva em muitos sistemas educacionais pode deixar os/as estudantes com lacunas de conhecimento sobre orientações sexuais, identidades de gênero e questões sobre a comunidade LGBTQIA+. Além disso, a influência de estereótipos sociais e familiares, bem como o medo de julgamento ou discriminação por parte dos/as colegas, podem inibir a disposição dos/as alunos/as para discutir abertamente esses tópicos.

Portanto, é essencial promover ambientes educacionais seguros e inclusivos, bem como implementar currículos que abordem adequadamente a diversidade sexual, a fim de ajudar os/as alunos/as a desenvolverem uma compreensão mais profunda e contextualizada dessas questões importantes. Para isso, os/as educadores/as devem obter uma formação continuada que abranja as temáticas da educação sexual, e que os/as prepare para criar um espaço escolar onde o diálogo aberto possa ser realizado. Outro ponto relevante é o envolvimento de pais, mães e responsáveis no processo educacional, buscando sensibilizá-los/as sobre a importância da inclusão e de de Educação Sexual sociocultural e política. Pois, isso pode contribuir para reduzir possíveis preconceitos e discriminações que os/as alunos/as possam enfrentar em casa e em toda sociedade.

Em resumo, promover a aprendizados e além do respeito, o reconhecimento da diversidade sexual no Ensino Médio requer esforços transdisciplinares, envolvendo educadores/as, pais, mães, alunos/as e a sociedade em geral. Uma Educação Sexual inclusiva é fundamental para criar um ambiente de aprendizado mais igualitário e empático, onde todos/as os/as alunos/as tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente, independentemente de sua identidade sexual e de gênero. A produção de fanzines constitui uma maneira envolvente de desafiar discursos essencialistas e oportunizar discussões e (in)formações sobre as temáticas da Educação Sexual. Para isso, o processo de criação deve envolver etapas de debate e pesquisa aprofundados. Ilustrações, histórias, depoimentos, citações e outros elementos visuais e textuais podem ser usados para destacar contrapontos e fornecer informações sobre o diálogo educacional em corpo, gênero, sexualidade e diversidade sexual no ensino de biologia. Além disso, a produção de fanzines é uma oportunidade de construção de um material inclusivo,

representando uma variedade de perspectivas e ampliando vozes que em diversos contextos são silenciadas.

Assim, os principais resultados evidenciaram que, de modo geral, os/as estudantes possuem (des)conhecimentos acerca das temáticas da Educação Sexual e uma visão essencialista marcada por abordagens prescritivas e higienistas. Entretanto, esperamos que os fanzines possam ter inspirado a busca por novos (des)aprendizados sobre as temáticas da Educação Sexual na escola. A indagação que permanece é como as abordagens prescritivas e higienistas em relação à Educação Sexual podem ser desafiadas e substituídas por uma perspectiva mais inclusiva e democrática nas escolas?

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. C.; ROCHA, M. B. S.; SOARES, G. O. Metodologias ativas e o Ensino de Ciências Biológicas na educação básica: um mapeamento. *Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru: Interritórios*. v. 7, n. 15, 2021.
- ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo**: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011.
- ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, maio/ago. 2016.
- ANDRAUS, G. Minhas experiências no ensino com os criativos fanzines de histórias em quadrinhos (e outros temas). In: SANTOS NETO, E; SILVA, M. R. P. (Orgs.). **Histórias em quadrinhos e Práticas Educativas**. São Paulo: Criativo, 2013.
- BACICHI, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Orgs.). **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 24-34, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/mLiPfyi>. Acesso em: 05 out. 2023.
- BELLO, A. T. **Sujeitos infantis masculinos**: homens por vir? Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2006. 117p.
- BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas. Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 04 out. 2023.
- BERTOLDO, T. A. T.; GUARANY, A. L. A.; CARDOSO, L. R. BNCC, Currículo de Sergipe e Diversidade: um lugar ainda destinado à Biologia? In: SOUZA, E. J.; SANTOS, C.; SILVA, E. P. (Orgs.). **Interculturalidade e Transdisciplinaridade**: “o que a Biologia tem a ver com isso?” Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.
- BONFIM, C. R. S. **Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas**: contradições, limites e possibilidade. 2009. Tese (Doutorado). Universidade estadual de Campinas, 2009.
- BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.
- BRAGA, E. R. M. Sexualidade Infantil: a importância da formação de professores na questão de gênero. In: CARBELLO, S. R. C.; COMAR, S. R. (Orgs.). **Educação no Século XXI**: Múltiplos desafios. Maringá: Eduem, 2009.

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site). Acesso em: 04 out. 2023

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia** (Trad. F. S. Miguens). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e Infância(s)** – A sexualidade como um tema transversal. Coordenação Ulisses F. Araújo. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

CAMPOS, F. R. **Fanzine: da publicação independente à sala de aula**. Anais do III Encontro Nacional sobre Hipertexto, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG. Belo Horizonte, 2009.

CARNEIRO, S. et. al. (Orgs.). Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008). Acesso em: 03 out. 2023.

DAOLIO, J. **A cultura do corpo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268–288, 2017.

DUARTE, A. S. **Intersexualidade e o discurso médico: problemas de gênero e desafios para o serviço social**. 2007. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FERREIRA, F. R. A produção de sentidos sobre a imagem do corpo. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.471-83, jul./set. 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 51.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

FURLANI, J. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula**: orientação sexual e igualdade étnico racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, J. Educação sexual e relações de gênero: onde/como a biologia se coloca nessa discussão? In: SOUZA, E. J.; SANTOS, C.; SILVA, E. P. (Orgs.). **Interculturalidade e Transdisciplinaridade**: “o que a Biologia tem a ver com isso?” Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2.ed. Brasília, DF: [s. n.], 2012. 42 p.

JESUS, J. G. (Org.). **Transfeminismo**: teorias & práticas. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. 206 pp.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “ideologia de gênero”**: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia e Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449- 502, dez. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas escolas**: um problema de todos. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, T. T. (Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 35-86.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia e Educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Editora UNB, 2009. 196 p.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, 2000.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, C; UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: ed. 34, 2002.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, G. L.; NECHEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MAGALHÃES, H. Fanzines de Histórias em Quadrinhos: linguagem e contribuições à educação. **Discursividades**. vol. 7, n. 2, jul-dez 2020.

MATOS, M. Construção Social de Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. N. (Orgs.). **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Fiocruz, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. p. 68-71.

MATTOS, R. S. Sociologia do Corpo é Sociologia da Educação Física. **Movimento**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 293-304, 2010.

MEDEIROS, A. **Docência na socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, Campus Planaltina, 2014.

MEYER, D. E. E. Gênero, Sexualidade e Currículo. In: BRASIL (TV Escola/Salto para o futuro). **Educação para igualdade de gênero**. Ano XVIII - Boletim 26 – Novembro de 2008. p. 20-30.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do Ensino Fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 1, n. 44, p. 205-212, 2010.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas**. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

NASCIMENTO, I. S. Da marginalidade à sala de aula: o fanzine como artefato cultural, educativo e pedagógico. In: MUNIZ, C. (org.). **Fanzines: Autoria, subjetividade e invenção de si**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 121-133.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb**. Brasília, v. 8, n. 1/2, p. 47-86, 2000.

NELSON, C.; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 104-131.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 72)

OLIVEIRA, L. A. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PAIM, M. C. C.; STREY, M. N. Corpos em metamorfose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações de corpos na atualidade. **Revista Digital Buenos Aires**, v. 79, 2004. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd133/cultura-de-tempo-livredo-trabalhador.htm> Acesso em: 05 out. 2023.

PELEGRINI, T. Imagens do corpo: reflexões sobre as acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 8, s/p, jan. 2006. Disponível em: [www.urutagua.uem.br/008/08edu\\_pelegrini.htm](http://www.urutagua.uem.br/008/08edu_pelegrini.htm) Acesso em:

PEREIRA, R. Método Ativo: Técnicas de Problematização da Realidade aplicada à Educação Básica e ao Ensino Superior. In: **VI Colóquio internacional. Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, SE. 20 a 22 setembro de 2012.

PINTO, R. D. **Fanzine na Educação: algumas experiências em sala de aula**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2013.

RIBEIRO, A. **O corpo que somos: aparência, sensualidade, comunicação**. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

RIBEIRO, A. K. O.; SILVEIRA, L. C. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria Queer. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 66-74, abr. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982020000100066&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982020000100066&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 out. 2023.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; SILVA, E. P. Q.; VILAÇA, T. O ensino de Biologia e suas articulações com as questões de corpos, gêneros e sexualidades. **Bio-Grafia**, Bogotá, Colombia, v. 9, n.16, p. 77-86, 2016.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas**, Natal, v.4, n.5, p.17-44, jan./jun. 2010.

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, SECADI, UNESCO, 2009. p. 53-83.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, Apr. 2005.

SILVA, T. T. **Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, E. P. Q.; SILVA, L. A. Articulação entre conhecimento biológico e cultura em livros didáticos: o que se ensina com a Biologia. **Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 1-8, 2013.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUSA, M. O.; SIRELLI, P. M. (2018). Nem santa, nem pecadora: Novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 326-345, 2018.

SOUZA, E. J. **Diversidade Sexual e Homofobia na escola: representações sociais de educadores da educação básica**. Dissertação (Mestrado). PPGPS, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SOUZA, E. J. **Educação sexual “além do biológico”**: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SOUZA, E. J.; ROCHA, E. P. “Minha feminilidade não é vivida nos padrões”: (des)construções estudantis acerca de feminismos e feminilidades. **Revista feminismos**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2020/02/19/mpce-promove-audiencia-publica-sobre-criacao-de-abrigo-para-mulheres-vitimas-de-violencia-no-cariri>. Acesso em: 05 out. 2023.

VAZ, P. **Corpo e risco**. 2006. Disponível em: <http://www.angelfire.com/mb/oencantador/paulovaz/INDEX.html> Acesso em: 05 out. 2023.

WORTMANN, M. L. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, M. V. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. Cap.4, p. 71-9.

ZANATTA, L. F. et al. **Igualdade de gênero:** por que o Brasil vive retrocessos? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2016.

**ANEXOS****ANEXO A****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE****CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE****DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA**

Gostaríamos de convidá-lo/a a participar da pesquisa intitulada “Educação Sexual no Ensino de Biologia: Problematizações a partir de *Fanzines*”, que faz parte do curso de Graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura), realizada pela licencianda Yrla Brunelle Oliveira Santos, orientada pela Profa. Dra. Elaine de Jesus Souza, na Universidade Federal de Sergipe/UFS, com o objetivo de realizar uma análise cultural de *fanzines* criadas por estudantes de uma turma de primeiro ano do ensino médio. Para isto, a sua participação é muito importante. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar através do email: [yrlabrunelle@outlook.com](mailto:yrlabrunelle@outlook.com) ou cel. (79) 998140832, ou ainda procurar o Comitê de Ética em Pesquisa através do site [www.saude.gov.br/sisnep](http://www.saude.gov.br/sisnep). Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Elaine de Jesus Souza

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do/a Participante

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do/a Responsável

Eu, Yrla Brunelle Oliveira Santos, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura da Pesquisadora